



**COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO ALENTEJO**

Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Divisão de Programas e Projectos

O QREN na região do Alentejo

Alguns resultados e impactos
Alguns resultados e impactos

Trabalho elaborado por: Carlos A. F. de Almeida

Dezembro de 2011

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO	6
2. - OBJECTIVOS E METODOLOGIA	7
3. APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE OPERAÇÕES	10
<u>3.1 -Operações Aprovadas</u>	10
<u>3.2 - Operações Contratadas e Pagamentos</u>	14
4. OS PROGRAMAS OPERACIONAIS NA REGIÃO	17
<u>4.1 - Análise por Programa Operacional</u>	17
<u>4.1.1 - Programa Operacional do Potencial Humano (POPH)</u>	17
<u>4.1.2 - Programa Operacional dos Factores de Competitividade (POFC - COMPETE)</u>	18
<u>4.1.3 - Programa Operacional de Valorização do Território (POVT)</u>	20
<u>4.1.4 - Programa Operacional Regional (INALENTEJO)</u>	21
<u>4.1.5 - Programa de Desenvolvimento Rural (PODER)</u>	23
<u>4.1.6 - Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha -Portugal 2007-2013 (POCTEP)</u>	26
<u>4.2 - Análise dos fundos comunitários por NUT III</u>	27
5. OS SISTEMAS DE INCENTIVOS	37
<u>5.1 - Análise por tipologia de investimento e sector de Actividade</u>	38
<u>5.2 Os Sistemas de Incentivos no Território</u>	41
6. - AS AGENDAS TEMÁTICAS DO QREN NO ALENTEJO	56
7. EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES DE CONTEXTO	64
8. CONCLUSÕES	72
9. CONCEITOS E SIGLAS	77

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 3.1 - Operações Aprovadas no QREN em Portugal	10
Quadro 3.2 - Programas Operacionais em Portugal e no Alentejo	11
Quadro 3.3 - Execução do Fundo Comunitário nos Programas Operacionais em Portugal e no Alentejo	14
Quadro 3.4 - Indicadores Financeiros de Execução do Fundo Comunitário nos Programas Operacionais em Portugal e no Alentejo	15
Quadro 4.1.1 - O POPH no Alentejo por Tipologia de Operação	17
Quadro 4.1.2 - O COMPETE no Alentejo por Tipologia de Operação	19
Quadro 4.1.3 - O POVT no Alentejo por Tipologia de Operação	20
Quadro 4.1.4 - O PO Regional por Tipologia de Operação	22
Quadro 4.1.5 - Valores Contratados no PRODER no Alentejo	24
Quadro 4.1.6 - Valores Pagos pelo PRODER no Alentejo	24
Quadro 4.1.7 - O POCTEP por Eixo Prioritário	26
Quadro 4.2.1 - Execução do QREN no Alentejo por NUTS III	28
Quadro 4.2.2 - O QREN no Alto Alentejo por Tipologia de Operação	31
Quadro 4.2.3 - O QREN no Alentejo Central por Tipologia de Operação	32
Quadro 4.2.4 - O QREN no Baixo Alentejo por Tipologia de Operação	34
Quadro 4.2.5 - O QREN no Alentejo Litoral por Tipologia de Operação	35
Quadro 4.2.6 - O QREN na Lezíria do Tejo por Tipologia de Operação	36
Quadro 5.1.1 - Os Sistemas de Incentivos por Tipologia de Operação	38
Quadro 5.1.2 - Os Sistemas de Incentivos por Sector de Actividade	40
Quadro 5.2.1 - Os S.I. no Alto Alentejo	43
Quadro 5.2.2 - Os S.I. no Alentejo Central	45
Quadro 5.2.3 - Os S.I. no Baixo Alentejo	47
Quadro 5.2.4 - Os S.I. no Alentejo Litoral	49
Quadro 5.2.5 - Os S.I. na Lezíria do Tejo	51
Quadro 6.1 - Candidaturas Aprovadas no âmbito das Agendas Temáticas do QREN, no Alentejo	58

Quadro 6.2 - Candidaturas Aprovadas no âmbito da Agenda Temática do Potencial Humano, no Alentejo	60
Quadro 6.3 - Candidaturas Aprovadas no âmbito da Agenda Temática dos Factores de Competitividade, no Alentejo	62
Quadro 6.4 - Candidaturas Aprovadas no âmbito da Agenda Temática Valorização do Território, no Alentejo	63
Quadro 7.1 - Indicadores de Contexto na Região Alentejo	70

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1 – Fundo Comunitário Aprovado por Regiões	11
Gráfico 3.2 – Investimento elegível nas operações aprovadas no Alentejo	12
Gráfico 3.3 – Investimento elegível nas operações aprovadas no QREN	12
Gráfico 3.4 – Fundo Comunitário aprovado no Alentejo	13
Gráfico 3.5 – Fundo Comunitário aprovado no QREN	13
Gráfico 3.6 – Candidaturas, Investimento Elegível e Fundo Comunitário por PO (% do Alentejo no total)	14
Gráfico 3.7 – Execução do Fundo Comunitário no POPH	15
Gráfico 3.8 – Execução do Fundo Comunitário no COMPETE	16
Gráfico 3.9 – Execução do Fundo Comunitário no POVT	16
Gráfico 3.10 – Execução do Fundo Comunitário nos PO's Regionais	16
Gráfico 4.1.1 – O POPH no Alentejo por Tipologia de Investimento	18
Gráfico 4.1.2 – O COMPETE no Alentejo por Tipologia de Investimento	20
Gráfico 4.1.3 – O POVT no Alentejo por Tipologia de Investimento	21
Gráfico 4.1.4 – O PO Regional por Tipologia de Investimento	23
Gráfico 4.1.5 – Fundo Comunitário Contratado no PRODER no Alentejo	25
Gráfico 4.1.6 – FEADER Contratado por Sub-programa no Alentejo relativamente ao Continente	25
Gráfico 4.1.7 – O POCTEP no Alentejo por Eixo Prioritário	27
Gráfico 4.2.1 – Fundos Comunitários por NUTS III	28
Gráfico 4.2.2 – Execução do QREN por NUTS III e Habitante	29
Gráfico 4.2.3 – Execução do QREN por NUTS III e Km ²	30
Gráfico 4.2.4 – O QREN no Alto Alentejo por Tipologia de Investimento	32
Gráfico 4.2.5 – O QREN no Alentejo Central por Tipologia de Investimento	33
Gráfico 4.2.6 – O QREN no Baixo Alentejo por Tipologia de Investimento	34
Gráfico 4.2.7 – O QREN no Alentejo Litoral por Tipologia de Investimento	36
Quadro 4.2.8 – O QREN na Lezíria do Tejo por Tipologia de Investimento	37
Gráfico 5.1.1 – Os Sistemas de Incentivos no Alentejo por Medida	39
Gráfico 5.1.2 – Os Sistemas de Incentivos no Alentejo por Sector de Actividade	40

Gráfico 5.2.1 - Investimento Elegível no Alentejo por Medida	41
Gráfico 5.2.2 - Investimento Elegível no Alentejo por Dimensão de Empresa	42
Gráfico 5.2.3 - Investimento Elegível no Alentejo por Sector de Actividade	42
Gráfico 5.2.4 - Investimento Elegível no Alto Alentejo por Medida	43
Gráfico 5.2.5 - Investimento Elegível no Alto Alentejo por Dimensão de Empresa	44
Gráfico 5.2.6 - Investimento Elegível no Alto Alentejo por Sector de Actividade	44
Gráfico 5.2.7 - Investimento Elegível no Alentejo Central por Medida	45
Gráfico 5.2.8 - Investimento Elegível no Alentejo Central por Dimensão de Empresa	46
Gráfico 5.2.9 - Investimento Elegível no Alentejo Central por Sector de Actividade	46
Gráfico 5.2.10 - Investimento Elegível no Baixo Alentejo por Medida	47
Gráfico 5.2.11 - Investimento Elegível no Baixo Alentejo por Dimensão de Empresa	48
Gráfico 5.2.12 - Investimento Elegível no Baixo Alentejo por Sector de Actividade	48
Gráfico 5.2.13 - Investimento Elegível no Alentejo Litoral por Medida	49
Gráfico 5.2.14 - Investimento Elegível no Alentejo Litoral por Dimensão de Empresa	50
Gráfico 5.2.15 - Investimento Elegível no Alentejo Litoral por Sector de Actividade	50
Gráfico 5.2.16 - Investimento Elegível na Lezíria do Tejo por Medida	52
Gráfico 5.2.17 - Investimento Elegível na Lezíria do Tejo por Dimensão de Empresa	52
Gráfico 5.2.18 - Investimento Elegível na Lezíria do Tejo por Sector de Actividade	53
Gráfico 6.1 - Execução do Fundo Comunitário por Agenda Temática	59
Gráfico 6.2 - Indicadores de Execução Financeira por Agenda Temática	59
Gráfico 6.3 - Execução do Fundo Comunitário na Agenda do Potencial Humano	61
Gráfico 6.4 - Execução do Fundo Comunitário na Agenda Temática da Competitividade	62
Gráfico 6.5 - Execução do Fundo Comunitário na Agenda Temática de Valorização do Território	63
Gráfico 7.1 - Evolução do Mercado de Emprego	65
Gráfico 7.2 - Mercado de Emprego por Sexos	66
Gráfico 7.3 - População Empregada por Sectores de Actividade	67
Gráfico 7.4 - População Empregada por Profissões	68
Gráfico 7.5 - Nível de Escolaridade da População Activa	68

1 - INTRODUÇÃO

Na fase de concepção da política de coesão da União Europeia para o período 2007-2013, a Região Alentejo foi definida como sendo uma das regiões europeias inserida no grupo das Regiões de Convergência, onde também se encontram a Região Norte, a Região Centro e a Região Autónoma dos Açores. No quadro da política de coesão da União Europeia as denominadas Regiões de Convergência caracterizam-se por apresentarem maiores problemas estruturais, terem um PIB per capita inferior a 75% da média europeia e consequentemente são as principais destinatárias dos Fundos Comunitários.

Neste período que medeia entre 2007 e 2013, a estratégia das intervenções apoiadas pelos Fundos Estruturais encontra-se organizada no denominado Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN). Este quadro, na sua génese, assume como grandes desígnios estratégicos a qualificação dos portugueses e das portuguesas, a valorização do conhecimento, da ciência, da tecnologia e da inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

Para conseguir assegurar os objectivos a que se propõe vai contar com o apoio dos Fundos Estruturais (FEDER e FSE) e do Fundo de Coesão. Para o efeito, conta-se com três grandes Agendas Operacionais Temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais de intervenção - o potencial humano, os factores de competitividade da economia e a valorização do território.

A aplicação destes Fundos, por todo o território nacional, proporcionarão diversas oportunidades de investimento, que podem potenciar o desenvolvimento regional nas várias vertentes: territorial, económica e das pessoas.

Em termos mais concretos, e tendo em vista os objectivos e o contexto anteriormente descrito, têm incidência na região do Alentejo, os seguintes Programas Operacionais:

- Programas Operacionais Temáticos:

Potencial Humano – POPH

Factores de Competitividade – POFC (Compete)

Valorização do Território – POVT

- Programa Operacional Regional do Alentejo - INALENTEJO

- Programas Operacionais de Cooperação Territorial: no âmbito do objectivo da *Cooperação Territorial Europeia*, integram três vertentes: Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo) e Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional.

Além destes programas que fazem parte integrante do QREN, a região conta ainda com o apoio do FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural), organizado em torno de dois programas:

O Programa de Desenvolvimento Rural – PRODER e o Programa Operacional da Pesca - PROMAR

2. - OBJECTIVOS E METODOLOGIA

O presente trabalho visa monitorizar e, tanto quanto possível, avaliar como se tem processado a absorção dos fundos comunitários pela região Alentejo, seja em termos territoriais, seja pelas principais áreas de intervenção, seja por sector de actividade.

Procurar-se-á igualmente analisar as dinâmicas económicas associadas à aplicação dos fundos estruturais.

A informação utilizada foi fornecida pelo Observatório do QREN e, segundo os seus autores, tem por base uma lista de operações com dados reportados a **30 de Junho de 2011**. Esta informação apenas abrange os PO do Continente, não contemplando os PO Assistência Técnica FEDER e FSE. Por vezes, a mesma também não é coincidente entre os diversos quadros apresentados, pois a partir do reporte de Março de 2011, implementou-se uma alteração na metodologia de apuramento dos indicadores por NUTS II/III. No que respeita ao FEDER e FC, as operações passam a ser contabilizadas em função dos territórios abrangidos, na proporção da sua implementação em cada NUTS II/III. Assim, no que respeita ao número de operações aprovadas, as diferenças existentes entre o quadro com informação por tipologia e NUTS II/III decorre do facto de uma mesma operação poder ser contada mais que uma vez por abranger mais que uma NUTS II/III. Por isso, a leitura deve ser feita atendendo ao número de operações aprovadas com incidência em cada NUTS II/III.

Além deste facto, na desagregação territorial por NUTS III, a metodologia adoptada levou a que se optasse pela omissão dos valores respeitantes à despesa validada e aos pagamentos sempre que essa desagregação territorial implique um único projecto associado por tipologia. Esta situação leva a que os valores apurados no Quadro por NUTS III sejam ligeiramente inferiores, cerca de 1%, aos apresentados nos quadros financeiros.

Para além desta informação, neste trabalho vai ainda incluir-se a informação relativa ao PRODER, ao POCTEP, bem como uma análise específica dos Sistemas de Incentivos do QREN.

No que respeita ao PRODER, utiliza-se a informação que foi possível regionalizar, obtida a partir do relatório de execução anual do programa que reporta a Dezembro de 2010. Salienta-se desde já que no que respeita aos valores regionais fornecidos, estes pecam por defeito pois no referido relatório, para uma parte das medidas e acções não são fornecidos valores passíveis de serem regionalizados.

De referir que se tentou obter informação regionalizada relativa a este programa, através de contacto via e-mail e por Ofício com a respectiva autoridade de gestão, a qual até ao momento da elaboração deste documento não chegou a pronunciar-se.

A partir da informação que nos foi fornecida foram realizadas algumas análises para a sistematizar, orientadas para o território regional, e com o objectivo de ser possível objectivar algumas conclusões relativamente à utilização dos fundos comunitários nesta região.

No que respeita aos S.I. QREN, quando tratados autonomamente no presente relatório, é usada informação mais recente, dado que a mesma está disponível e não inviabiliza nem põe em causa a coerência do trabalho. Assim, optou-se por utilizar os dados fornecidos pela base de dados SiQREN, reportados a 30 de Setembro de 2011, os quais foram tratados de forma a serem apresentados numa matriz regional cuja desagregação vai ao nível do concelho.

Em relação ao POCTEP os dados são fornecidos pela respectiva Unidade de Gestão Regional deste programa.

Neste documento também se procede à avaliação possível dos impactos esperados da aplicação de fundos na região, utilizando para tal informação estatística oficial recolhida nas seguintes publicações:

- Inquérito ao Emprego - INE
- Anuários Regionais - INE
- Censos 2011, Resultados Provisórios - INE
- Relatórios Anuais do QREN, PRODER.
- Dados fornecidos pelas Autoridades de Gestão dos Programas Analisados

3. APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE OPERAÇÕES

(Situação em 30 de Junho de 2011)

3.1 - Operações Aprovadas

Desde o início do Quadro de Referência Estratégica Nacional (2007) até ao final de Junho de 2011, foram aprovadas cerca de 38 mil candidaturas, que no total propunham um valor de investimento que ultrapassa os 28 mil milhões de euros.

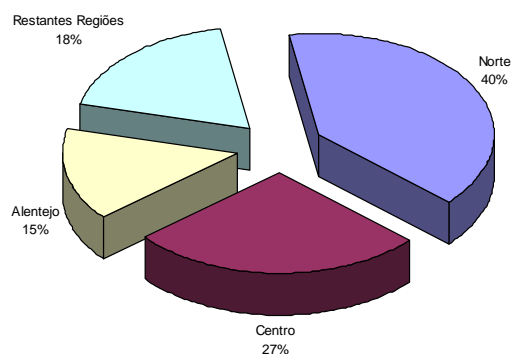
Neste contexto global, 88% das operações aprovadas encontram-se nas regiões convergência, que por sua vez representam 82% do investimento total aprovado.

Quadro 3.1 - Operações Aprovadas no QREN em Portugal

	Número	Investimento Total M euros	Investimento Elegível M euros	Fundo Comunitário M euros	% Fundo Comunitário
QREN	37.987	28.332.797	25.361.330	15.467.183	100,0
Região Norte	16.614	10.201.750	9.255.611	6.093.502	39,4%
Região Centro	12.176	8.594.032	7.646.505	4.218.483	27,3%
Região Alentejo	4.631	4.432.228	3.912.067	2.330.309	15,1%
Região Lisboa	3.006	1.465.415	1.220.443	657.869	4,3%
Região Algarve	1.205	523.202	452.822	243.255	1,6%
Multi-regional convergência	343	1.041.607	981.118	655.495	4,2%
Total Continente	37.975	26.258.233	23.468.566	14.198.915	91,8%
Região Autónoma da Madeira		796.513	664.569	368.575	2,4%
Região Autónoma dos Açores		1.240.655	1.190.870	867.967	5,6%
Não regionalizado	5	37.396	37.324	31.725	0,2%

Fonte: Observatório QREN - Informação por Regiões

Gráfico 3.1 – Fundo Comunitário Aprovado por Regiões



No caso particular da região Alentejo, observa-se que a mesma acolhe cerca de 12% do total de candidaturas aprovadas e cerca de 16 % do investimento total previsto.

Nesta região, o investimento elegível representa 88% do investimento total e o apoio aprovado a nível de fundo comunitário, representa 60 % do investimento elegível.

Na região do Alentejo, à semelhança do que se passa em Portugal, o Programa Operacional com maior número de candidaturas aprovadas é o POPH, sendo que nesta região representam 55% do total de candidaturas aprovadas nos Programas Operacionais em análise. Quanto aos montantes de investimento, o valor de investimento elegível mais significativo verifica-se no POVT. Esta situação é idêntica ao nível da utilização dos fundos comunitários, dado que este Programa tem afecto 31 % do investimento elegível e cerca de 38% dos fundos comunitários nesta região.

Quadro 3.2 – Programas Operacionais em Portugal e no Alentejo

PROGRAMAS OPERACIONAIS	Região Alentejo			PORTUGAL		
	Candidaturas Aprovadas			Candidaturas Aprovadas		
	N.º	Investimento Elegível (mil euros)	Fundo comunitário (mil euros)	N.º	Investimento Elegível (mil euros)	Fundo comunitário (mil euros)
PO Potencial Humano	2582	662.948,56 €	453.222,03 €	22638	6.382.910,17 €	4.348.087,82 €
PO Factores de Competitividade	469	1.047.899,35 €	347.937,32 €	5800	6.867.831,88 €	2.745.776,34 €
PO Valorização do Território	109	1.221.133,32 €	882.293,48 €	660	3.959.235,86 €	2.927.907,76 €
PO Regionais	1471	980.085,70 €	646.856,61 €	8889	6.345.415,02 €	4.242.374,60 €
QREN	4631	3.912.066,93 €	2.330.309,44 €	37987	23.555.392,94 €	14.264.146,52 €

A situação da utilização dos fundos a nível nacional segue um padrão ligeiramente distinto do que se verifica na região Alentejo. Os dados relativos ao Investimento Elegível nos vários Programas Operacionais, revelam que na região é o POVT que tem um volume mais relevante (31%), enquanto que ao nível do país é o POFC que ocupa a primeira posição com um valor de investimento elegível de 29% do total de investimento elegível dos Programas Operacionais.

Gráfico 3.2 - Investimento elegível nas operações aprovadas no Alentejo

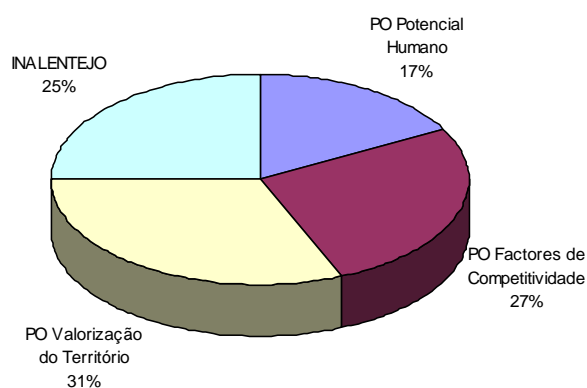
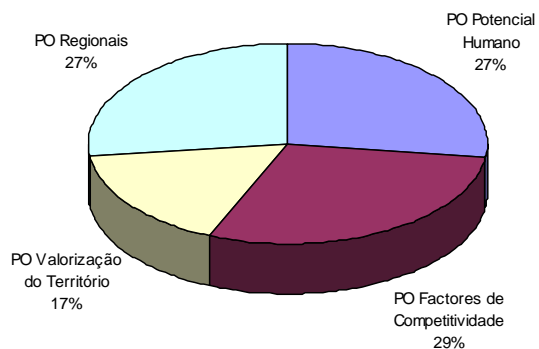


Gráfico 3.3 - Investimento elegível nas operações aprovadas no QREN



No que se refere ao número de candidaturas, o POPH ocupa o lugar cimeiro, quer no país, quer na região.

Quanto à utilização de fundo comunitário, os valores mais elevados, no país, verificam-se no POPH, enquanto na região é o POVT que comporta o maior volume de fundo comunitário aprovado. Esta situação não é alheia à dimensão territorial desta região, e à medida 6 daquele Programa que diz respeito ao EFMA, bem como aos investimentos associados às infra-estruturas de transporte ferroviário, nomeadamente a ligação Sines – Caia.

Gráfico 3.4 - Fundo Comunitário aprovado no Alentejo

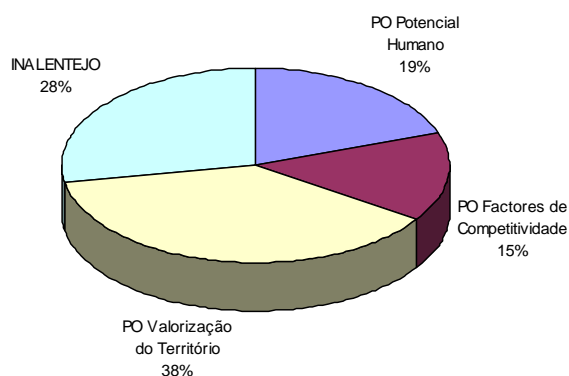
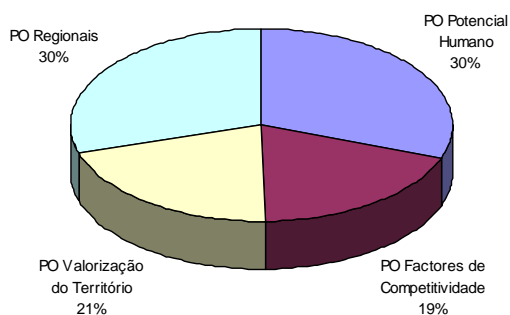
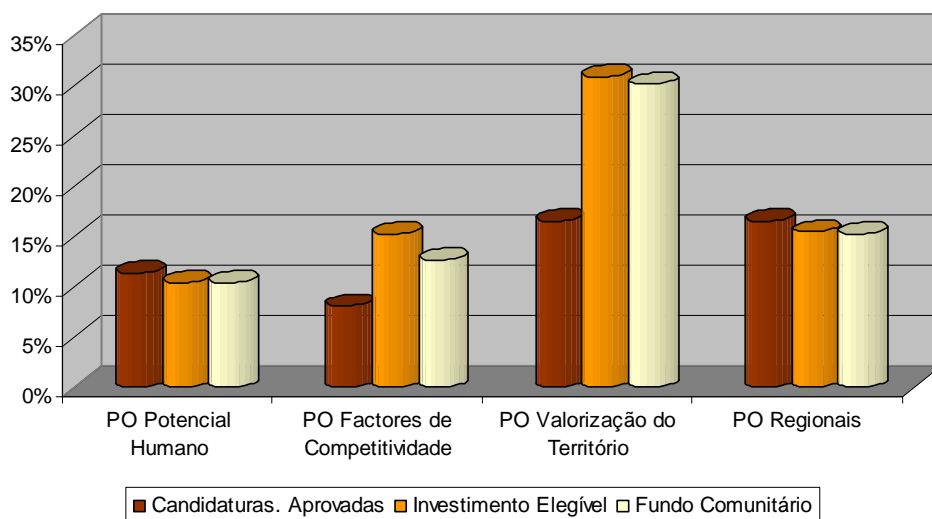


Gráfico 3.5 - Fundo Comunitário aprovado no QREN



Porém, em termos do número de candidaturas na região, é o POPH que ocupa o lugar cimeiro

Gráfico 3.6 – Candidaturas, Investimento Elegível e Fundo Comunitário por PO (% do Alentejo no total)



Em termos globais, no âmbito do QREN, constata-se que o Alentejo apresenta mais de 12% do total de candidaturas aprovadas e mais de 16 % do total de investimento elegível, sendo a situação idêntica no que se refere ao valor do fundo comunitário aprovado que também ultrapassa os 16%.

3.2 - Operações Contratadas e Pagamentos

No que respeita a execução do fundo comunitário constata-se que na Região Alentejo, o total de Programas Operacionais do QREN apresentam uma taxa de realização que está próxima dos 34%, enquanto os valores nacionais ascendem a 43%, conforme se pode verificar nos quadros seguintes:

Quadro 3.3 - Execução do Fundo Comunitário nos Programas Operacionais em Portugal e no Alentejo

PROGRAMAS OPERACIONAIS	Região Alentejo			PORTUGAL		
	Fundo Comunitário			Fundo Comunitário		
	Aprovado (mil euros)	Validado (mil euros)	Pago (mil euros)	Aprovado (mil euros)	Validado (mil euros)	Pago (mil euros)
PO Potencial Humano	453.222,03 €	273.364,78 €	254.787,46 €	4.348.087,82 €	2.684.300,79 €	2.540.576,64 €
PO Factores de Competitividade	347.937,32 €	106.207,55 €	111.291,54 €	2.745.776,34 €	866.257,46 €	947.424,29 €
PO Valorização do Território	882.293,48 €	279.273,98 €	240.792,19 €	2.927.907,76 €	1.169.208,76 €	987.257,19 €
PO Regionais	646.856,61 €	131.861,06 €	176.382,88 €	5.361.189,39 €	1.903.721,72 €	1.486.873,55 €
QREN	2.330.309,44 €	790.707,36 €	775.660,18 €	15.467.182,84 €	6.672.943,78 €	5.962.131,68 €

Fonte: dados do Observatório do QREN - Indicadores Financeiros por Região

Quadro 3.4 – Indicadores Financeiros de Execução do Fundo Comunitário nos Programas Operacionais em Portugal e no Alentejo

	Taxa de realização (VAL/AP)		Taxa de pagamento (PG/AP)		Taxa de reembolso (PG/VAL)	
	Total	Alentejo	Total	Alentejo	Total	Alentejo
	%	%	%	%	%	%
Total Contratualizado	43,1%	33,9%	38,5%	33,3%	89,3%	98,1%
PO Potencial Humano	61,7%	60,3%	58,4%	56,2%	94,6%	93,2%
COMPETE	31,5%	30,5%	34,5%	32,0%	109,4%	104,8%
PO Valorização do Território	39,9%	31,7%	33,7%	27,3%	84,4%	86,2%
PO Regionais	35,5%	20,4%	27,7%	27,3%	78,1%	133,8%

Há que destacar, que de um modo geral, à excepção do que se verifica no POPH e no POVT as taxas de pagamento são superiores a 100%, o que significa a existência de um volume maior de pagamentos relativamente à quantidade de despesa validada.

No que respeita aos indicadores de execução destes PO, observa-se também que à excepção da taxa de reembolso do POVT, nos restantes indicadores utilizados os valores apurados apresentam-se mais favoráveis no contexto nacional do que no contexto regional.

Os Gráficos seguintes ilustram as execuções e confirmam as análises efectuadas por PO.

Gráfico 3.7 – Execução do Fundo Comunitário no POPH

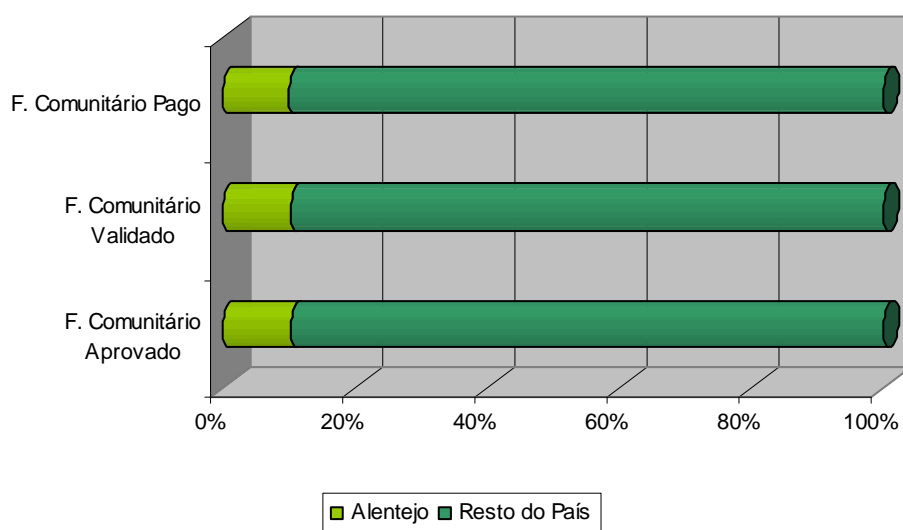


Gráfico 3.8 – Execução do Fundo Comunitário no COMPETE

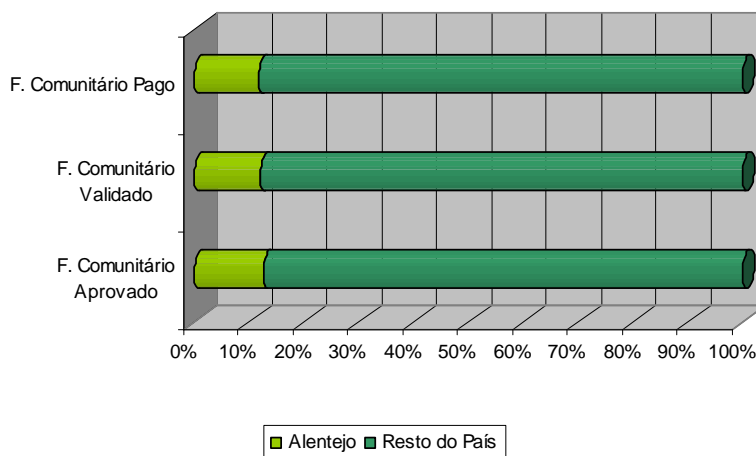


Gráfico 3.9 – Execução do Fundo Comunitário no POVT

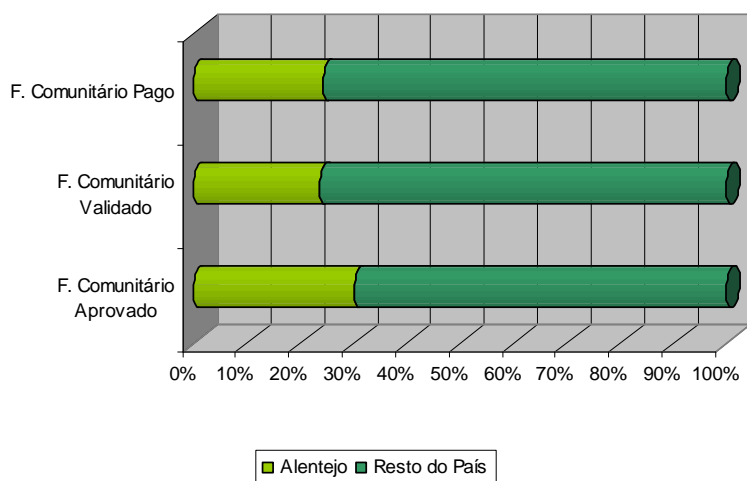
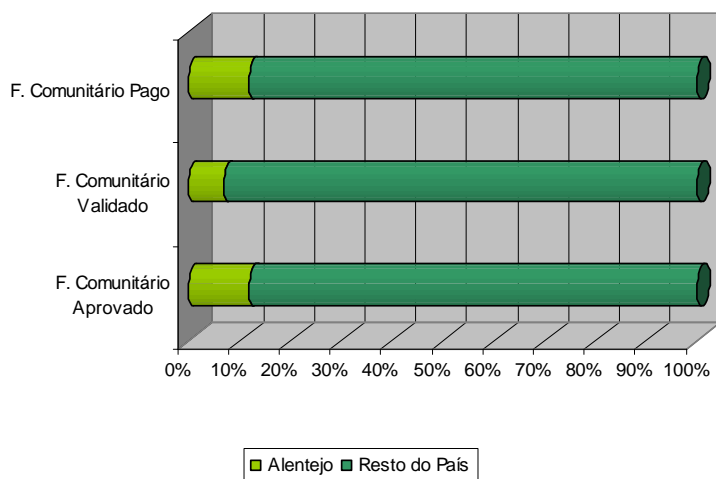


Gráfico 3.10 – Execução do Fundo Comunitário nos PO's Regionais



4. OS PROGRAMAS OPERACIONAIS NA REGIÃO

Nesta parte do relatório irá ser apresentada a informação desagregada por dois níveis de análise - o primeiro diz respeito á aplicação de fundos na região por Programa Operacional e o segundo faz uma abordagem à distribuição territorial desses fundos.

No caso das análises efectuadas aos Programas Operacionais, será feita uma abordagem às diversas tipologias de operação, sendo apresentadas as cinco mais representativas em cada um deles.

4.1 - Análise por Programa Operacional

4.1.1 - Programa Operacional do Potencial Humano (POPH)

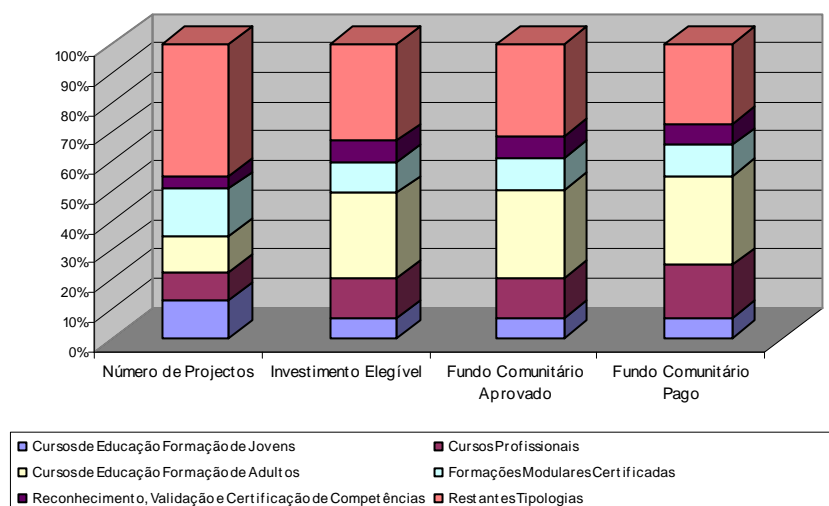
Na região Alentejo, se apenas se considerarem os PO acompanhados pelo Observatório do QREN (POPH, POFC, POVT e PO Regionais), o POPH representa mais de metade das operações aprovadas (56%), 17% do investimento elegível associado às operações aprovadas e 19% do fundo comunitário total aprovado para esta região.

Quadro 4.1.1 - O POPH no Alentejo por Tipologia de Operação

Tipologias	Número de Projectos	Investimento Elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
		Mil euros	Mil euros	Pago	
Total POPH no Alentejo	2.582	662.949	453.222	254.787	100,0
Cursos de Educação Formação de Jovens	336	45.888	32.112	17.565	7,1%
Cursos Profissionais	248	88.871	61.669	45.977	13,6%
Cursos de Educação Formação de Adultos	310	192.908	135.033	77.027	29,8%
Formações Modulares Certificadas	413	68.424	47.790	26.824	10,5%
Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	113	48.189	33.733	18.296	7,4%
Restantes Tipologias	1.162	218.668	142.886	69.099	31,5%

Neste PO as cinco tipologias mais representativas assumem mais de dois terços do fundo comunitário aprovado para este Programa nesta região, com particular destaque para a tipologia “Cursos de Educação e Formação de Adultos” (cursos EFA) que detém cerca de 30% do fundo comunitário aprovado no Alentejo, no âmbito deste programa.

Gráfico 4.1.1 - O POPH no Alentejo por Tipologia de Investimento



Destaca-se ainda neste PO a grande quantidade de tipologias de operação que se reflecte nos valores que apresenta a categoria residual *Restantes Tipologias*, que no seu conjunto conseguem superar a tipologia mais representativa, seja no número de operações aprovadas seja no valor do fundo comunitário aprovado.

4.1.2 - Programa Operacional dos Factores de Competitividade (POFC - COMPETE)

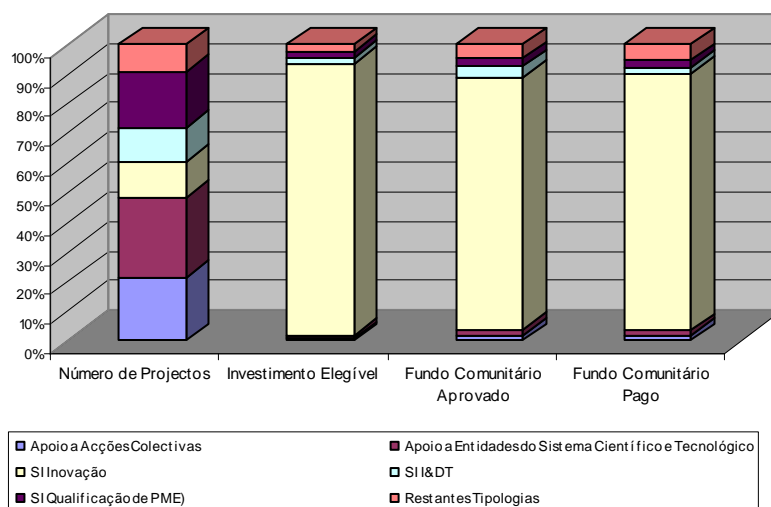
Tendo ainda em atenção os PO acompanhados pelo Observatório do QREN (POPH, POFC, POVT e PO Regionais), nesta região o COMPETE representa pouco mais de um décimo das operações aprovadas, mas em contrapartida representa 27% do investimento elegível associado às operações aprovadas na região e 15% do fundo comunitário destinado a apoiar estas intervenções.

Quadro 4.1.2 - O COMPETE no Alentejo por Tipologia de Operação

Tipologias	Número de Projectos	Investimento Elegível	Fundo Comunitário Aprovado	Fundo Comunitário Pago	% Fundo Comunitário Aprovado
		Mil euros	Mil euros	Mil euros	
Total POFC no Alentejo	469	1.047.899	347.937	111.292	100,0
Apoio a Acções Colectivas	99	8.100	5.583	1.744	1,6%
Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico	127	9.925	7.191	2.029	2,1%
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	58	963.912	296.993	96.373	85,4%
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	54	20.923	12.211	2.678	3,5%
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	87	20.438	9.323	2.371	2,7%
Restantes Tipologias	44	24.602	16.637	6.095	4,8%

Na mesma linha do que sucede no POPH, no COMPETE as cinco tipologias mais representativas assumem a maior parte do fundo comunitário aprovado para este Programa nesta região, só que neste caso estas cinco tipologias detêm mais de 95% deste valor. Destaca-se para além de todas as outras os “Incentivos à Inovação (SI Inovação)” que detêm mais de 95% do fundo comunitário aprovado no Alentejo no âmbito deste programa. O gráfico seguinte ilustra bem esta situação.

Gráfico 4.1.2 - O COMPETE no Alentejo por Tipologia de Investimento



4.1.3 - Programa Operacional de Valorização do Território (POVT)

Continuando com a análise dos PO acompanhados pelo Observatório do QREN (POPH, POFC, POVT e PO Regionais), nesta região o POVT representa pouco mais de 2% das operações aprovadas no QREN no Alentejo, mas em contrapartida vai representar 31% do total investimento elegível associado às operações aprovadas na região e 38% do Fundo Comunitário destinado a apoiar estas intervenções.

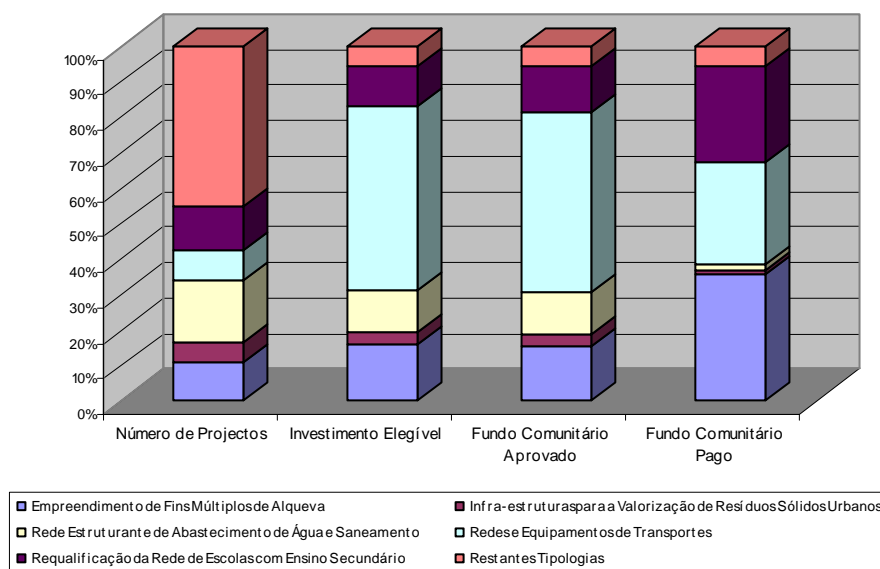
Quadro 4.1.3 - O POVT no Alentejo por Tipologia de Operação

Tipologias	Número de Projectos	Investimento Elegível	Fundo Comunitário Aprovado	Fundo Comunitário Pago	% Fundo Comunitário Aprovado
		Mil euros	Mil euros	Mil euros	
Total POVT no Alentejo	109	1.221.133	882.293	240.792	100,0
Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva	12	194.062	135.843	86.430	15,4%
Infra-estruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	6	41.084	28.759	1.567	3,3%
Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento	19	142.413	107.419	5.198	12,2%
Redes e Equipamentos de Transportes	9	635.714	445.000	68.450	50,4%
Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário	14	135.629	115.284	65.830	13,1%
Restantes Tipologias	49	72.232	49.989	13.318	5,7%

Na mesma linha do que sucede com os outros PO, as cinco tipologias mais representativas assumem a maior parte do fundo comunitário aprovado para este Programa nesta região, sendo que neste caso estas cinco tipologias detêm cerca 95% deste valor. Destas, destacam-se as “Redes de Equipamentos de Transportes” associadas á melhoria das Infra-estruturas de transporte ferroviário inerente à construção da Linha Sines - Caia, que por si só detêm mais de 50% do fundo comunitário aprovado no Alentejo, no âmbito deste programa.

Neste conjunto de tipologias também merece saliência o valor destinado á tipologia “Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva”, valor que é um dos mais significativos a nível de todas as tipologias de operação do QREN para esta região. Esta tipologia de operação adicionada à “Redes de Equipamentos de Transporte”, fazem com que o POVT seja o PO com maior intervenção financeira ao nível do Alentejo.

Gráfico 4.1.3 - O POVT no Alentejo por Tipologia de Investimento



4.1.4 - Programa Operacional Regional (INALENTEJO)

O Programa Operacional Regional está integrado no âmbito dos PO que são acompanhados pelo Observatório do QREN. Este PO tem um peso relativo

muito elevado nesta região, no conjunto dos PO que constituem o QREN. Assim, verifica-se que apresenta cerca de 32% das operações aprovadas no QREN no Alentejo, 25% do total investimento elegível associado às operações aprovadas na região e, cerca de 28% do fundo comunitário destinado a apoiar estas intervenções.

Quadro 4.1.4 - O PO Regional por Tipologia de Operação

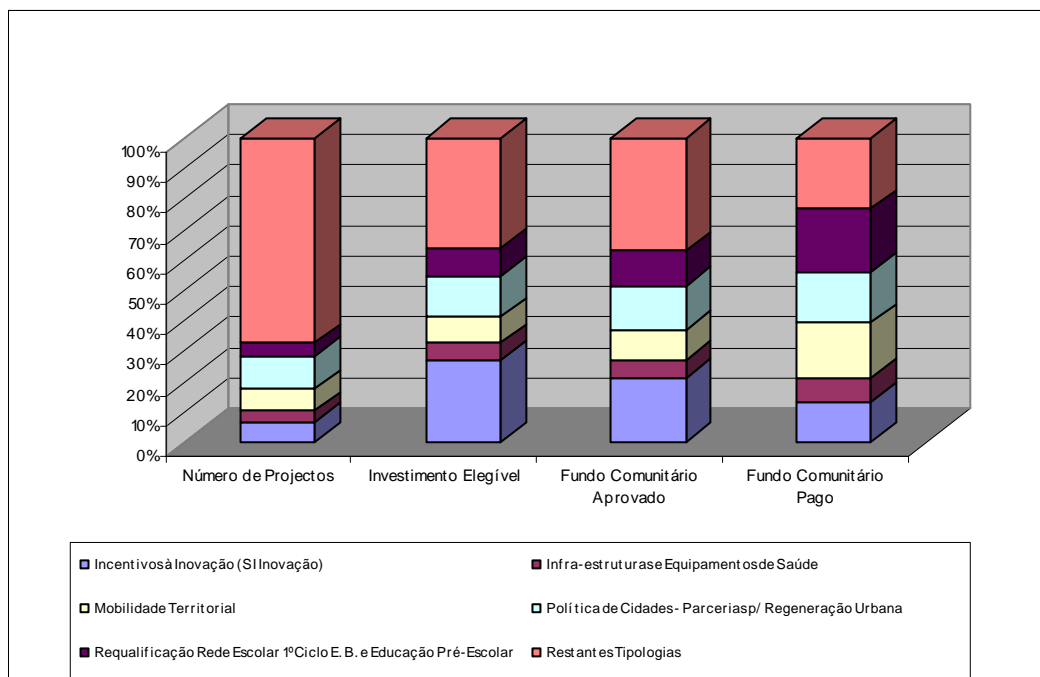
Tipologias	Número de Projectos	Investimento Elegível	Fundo Comunitário Aprovado	Fundo Comunitário Pago	% Fundo Comunitário Aprovado
		Mil euros	Mil euros	Mil euros	
Total INALENTEJO	1.471	980.086	646.857	168.789	100,0
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	95	264.544	135.868	22.547	21,0%
Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	54	55.950	39.165	12.811	6,1%
Mobilidade Territorial	108	81.739	63.097	30.659	9,8%
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	162	131.298	95.055	28.328	14,7%
Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	61	92.294	72.603	35.005	11,2%
Restantes Tipologias	991	354.261	241.069	39.438	37,3%

Este Programa, pela sua génese, tem uma representatividade maior que os PO Temáticos e como tal apresenta um número muito mais diversificado de tipologias de investimento. Assim, as cinco tipologias mais representativas conseguem concentrar a maior parte do fundo comunitário aprovado para este Programa nesta região (62%), sendo que neste caso as restantes tipologias têm alguma representatividade. Das tipologias com maior dimensão destacam-se os “Incentivos à Inovação” associados à melhoria da competitividade das empresas alentejanas, que detêm cerca de um quinto do fundo comunitário aprovado no Alentejo, no âmbito deste programa.

Merecem também alguma referência pela significância que têm ao nível da concretização dos objectivos do QREN e também pela relevância financeira que

apresentam, as tipologias relativas à “Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana” e a “Requalificação da Rede de Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar”

Gráfico 4.1.4 - O PO Regional por Tipologia de Investimento



4.1.5 - Programa de Desenvolvimento Rural (PODER)

O Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) é co - financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), é um programa com regulamentos de âmbito nacional, específicos para o sector da agricultura e que se destina a ajudas ao investimento, apoios à manutenção da actividade agrícola, apoio à diversificação e à aplicação de medidas conducentes a alteração dos modos de produção e apoios ao desenvolvimento rural.

Só foi possível obter informação relativa a este PO a partir do relatório de execução de 2010.

Quadro 4.1.5 - Valores Contratados no PRODER no Alentejo

	Investimento Total ** M euros	Despesa Pública M euros	Fundo Comunitário M euros	% Fundo Comunitário
PRODER	2.724.703	1.996.219	1.530.182	100,0
Região Alentejo	847.838	716.061	501.242	32,8%

Fonte: Dados do Relatório de Execução do PRODER e no caso do Alentejo parcialmente estimados a partir da informação presente no Relatório.

* - Informação reportada a 31/12/2010

** - Somatório dos Sub-programas 1, 3 e 4

Como já se afirmou, convém também referir que este Programa comporta situações de apoio distintas, como sejam os apoios ao investimento (Subprograma 1); os apoios para Gestão Sustentável do Espaço Rural (Subprograma 2), que na sua maior parte constituem medidas de minimização para compensação de perdas de rendimento associadas á manutenção de determinado tipo de actividades vegetais e pecuárias; os apoios para Dinamização das Zonas Rurais (Subprograma 3) e os apoios para Promoção, Conhecimento e Desenvolvimento de Competências (Subprograma 4).

Em termos concretos no âmbito do PRODER, comparando esta região com o país, o programa representa mais de um terço do investimento no sector, da despesa pública associada a esse investimento e do apoio concedido a nível do FEADER.

Quadro 4.1.6 - Valores Pagos pelo PRODER no Alentejo

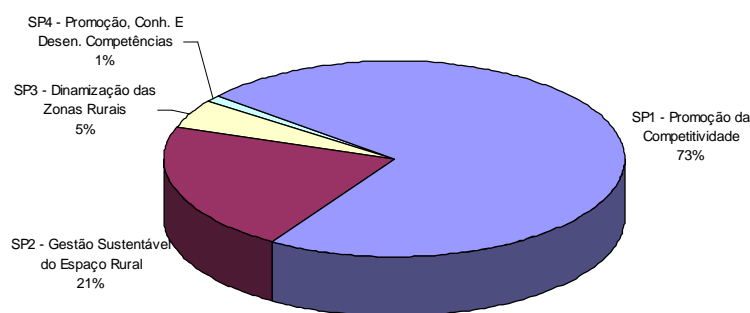
	Despesa Pública M euros	Fundo Comunitário M euros	% Fundo Comunitário
PRODER	1.201.252	1.003.549	100,0
Região Alentejo	253.356	198.433	19,8%

Fonte: Dados do Relatório de Execução do PRODER e no caso do Alentejo parcialmente estimados a partir da informação presente no Relatório.

* - Informação reportada a 31/12/2010

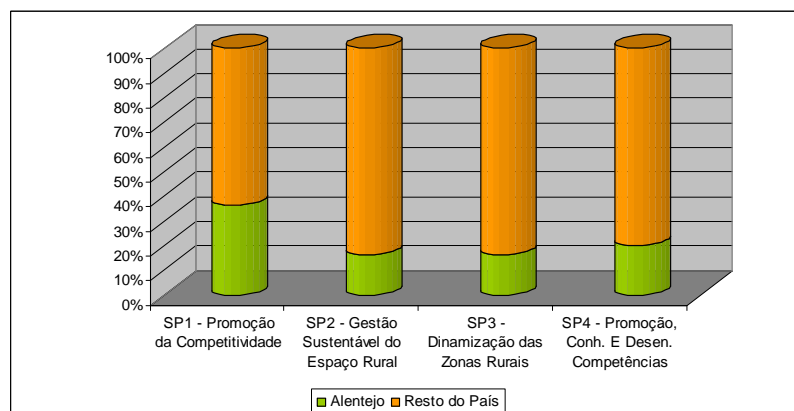
No que se refere a pagamentos a Região Alentejo representa apenas cerca de 20% do total pago até ao momento. Esta diferença entre valores pagos e contratados tem que ver com a distribuição dos apoios que é diferente no Alentejo, onde o maior peso de contratações recai nas candidaturas ao Subprograma 1 (que até esta altura apresenta uma taxa de pagamento inferior ao subprograma 2).

Gráfico 4.1.5 - Fundo Comunitário Contratado por Sub-programas no PRODER no Alentejo



A região Alentejo devido à sua extensão e à sua vocação eminentemente agrícola e ao facto da agricultura ter nesta região uma produtividade elevada, detém uma parte considerável (cerca de 40%) do FEADER destinado a apoiar os investimentos nas explorações agrícolas no âmbito do Subprograma 1 - Promoção da Competitividade, conforme ilustra o gráfico seguinte.

Gráfico 4.1.6 - FEADER Contratado por Sub-programa no Alentejo relativamente ao Continente



4.1.6 - Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal 2007-2013 (POCTEP)

Desde há vários anos que A CCDR Alentejo promove a cooperação transfronteiriça com as regiões confinantes da Extremadura e da Andaluzia e participa em Programas de Cooperação Transfronteiriça, como é o caso do actual POCTEP. Este Programa permite aproveitar as amplas redes de cooperação existentes que se têm vindo a desenvolver e incrementar desde 1989, com a execução de projectos de infra-estruturas, às quais que se têm vindo a associar progressivamente outros sectores como o turismo, os serviços sociais, o meio ambiente, a inovação tecnológica, a saúde, a educação ou a cultura.

Quadro 4.1.7 - O POCTEP por Eixo Prioritário

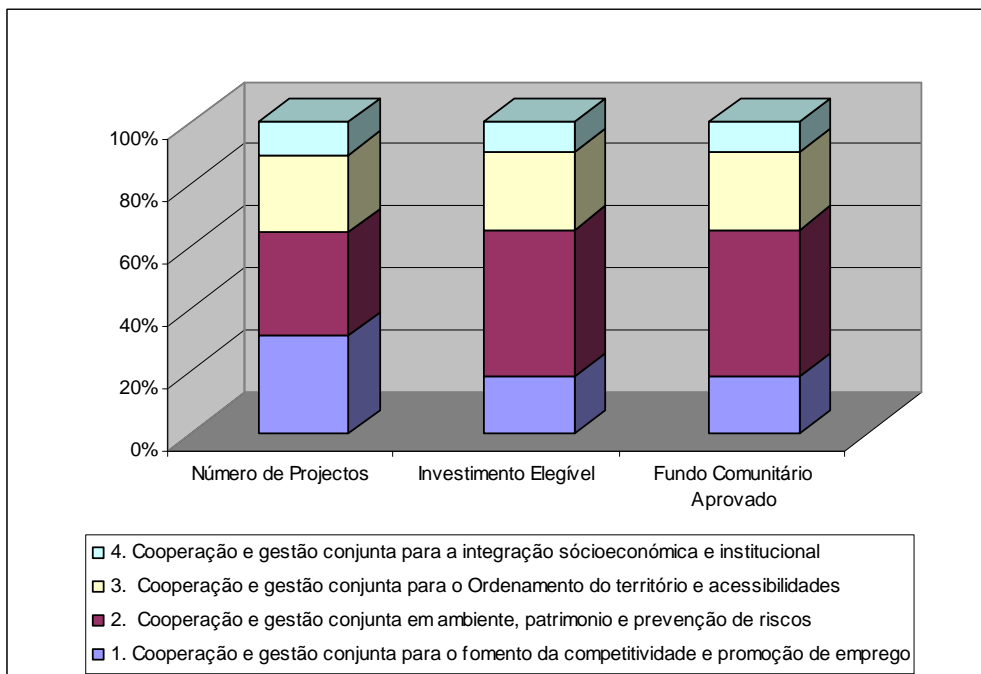
Eixos Prioritários	Número de Projectos	Investimento Elegível	Fundo Comunitário Aprobado	% Fundo Comunitário Aprobado
		Mil euros	Mil euros	
Total POCTEP no Alentejo	48	15.587	11.690	100,0
1. Cooperação e gestão conjunta para o fomento da competitividade e promoção de emprego	15	2.827	2.120	18,1%
2. Cooperação e gestão conjunta em ambiente, património e prevenção de riscos	16	7.381	5.536	47,4%
3. Cooperação e gestão conjunta para o Ordenamento do território e acessibilidades	12	3.870	2.903	24,8%
4. Cooperação e gestão conjunta para a integração sócioeconómica e institucional	5	1.508	1.131	9,7%

O POCTEP no Alentejo representa cerca de 1% das operações aprovadas, 0,3% do investimento elegível associado às operações aprovadas na região e 0,4% do fundo comunitário destinado a apoiar estas intervenções.

Dos quatro eixos prioritários, assume preponderância o “Eixo 2 - Cooperação e gestão conjunta em ambiente, património e prevenção de riscos” que detém

mais de 47% do fundo comunitário aprovado no Alentejo, no âmbito deste programa. O gráfico seguinte ilustra bem esta situação.

Gráfico 4.1.7 - O POCTEP no Alentejo por Eixo Prioritário



4.2 - Análise dos fundos comunitários por NUT III

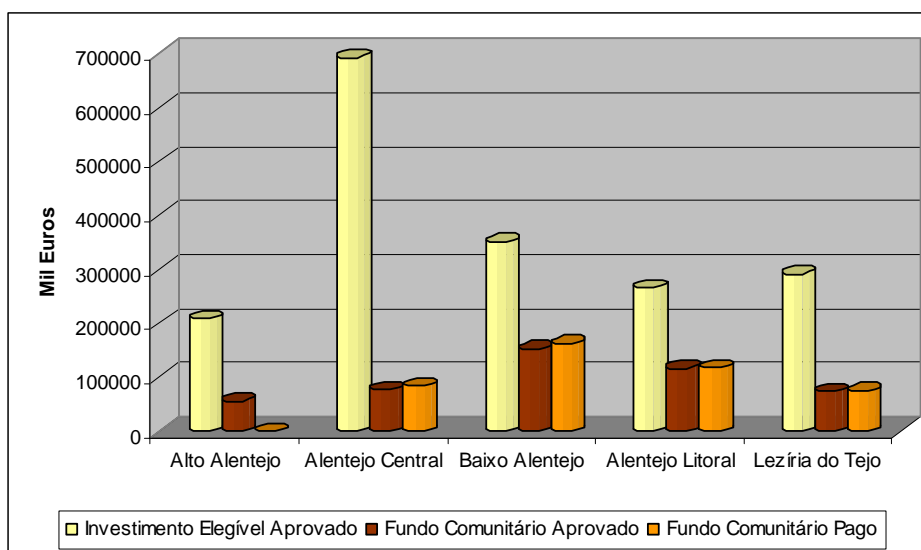
Quando se processa a análise da distribuição dos fundos comunitários por NUTS III, deve ter-se em atenção que nem todos os Programas Operacionais têm dados apurados ao nível da NUTS III. Está neste caso o POPH. Também existem projectos que assumem a designação de não regionalizáveis pelo que não podem ser distribuídos por qualquer uma das NUTS III. Pelo exposto, não é pois de estranhar que os valores resultantes do somatório das NUTS III sejam inferiores aos valores disponibilizados para o total da NUTS II Alentejo.

Quadro 4.2.1 – Execução do QREN no Alentejo por NUTS III

Total	Aprovações		Despesa Validada		Pagamentos	
	N.º	Investimento Elegível	Fundo comunitário	Investimento Elegível	Fundo comunitário	Fundo comunitário
Alentejo	4631	3.912.066.933 €	2.330.309.443 €	1.296.276.742 €	765.923.893 €	775.660.184 €
Alto Alentejo	320	311.414.724 €	208.019.169 €	88.004.928 €	55.647.658 €	60.799.705 €
Alentejo Central	595	1.040.074.591 €	692.474.095 €	107.426.020 €	76.851.822 €	83.547.110 €
Baixo Alentejo	375	608.284.262 €	351.649.419 €	214.682.241 €	152.337.826 €	162.062.664 €
Alentejo Litoral	208	745.775.790 €	265.930.948 €	368.110.612 €	116.912.500 €	117.481.246 €
Lezíria do Tejo	379	440.793.091 €	291.369.445 €	103.348.706 €	74.208.868 €	74.594.954 €

Ao nível do investimento elegível aprovado destaca-se claramente o Alentejo Central que só por si conta com 33% do total. Já no que respeita a investimento elegível validado a situação é ligeiramente diferente observando-se uma maior concentração no Alentejo Litoral, que representa 42% do total de despesa validada.

Gráfico 4.2.1 – Fundos Comunitários por NUTS III



Relativamente a fundos comunitários aprovados e validados a situação é ligeiramente diferente da verificada anteriormente. Assume destaque o Baixo Alentejo, que apresenta valores de fundo comunitário validado e pago de 32% e 33%, respectivamente.

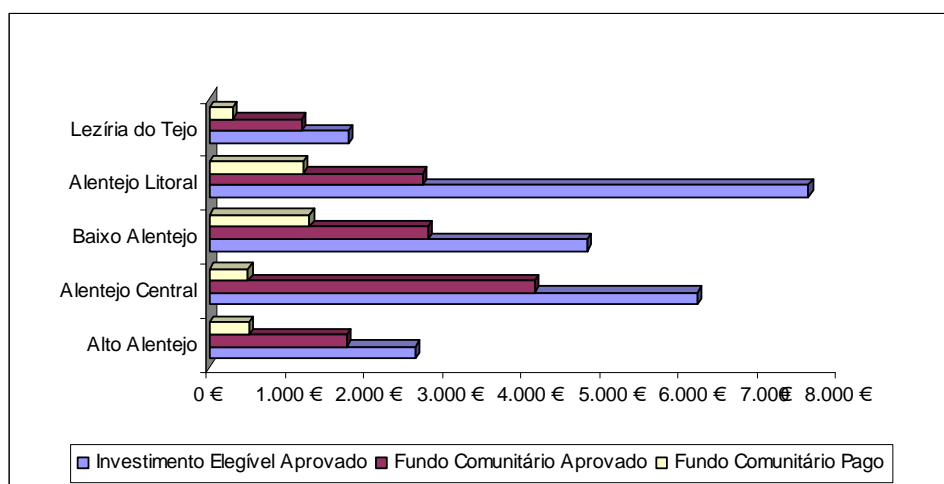
Saliente-se que em toda a região do Alentejo o nível de pagamentos excede a despesa validada em cerca de 1%, no entanto, nas NUTS III Alto Alentejo e

Alentejo Central o nível de pagamentos excede em 9% o valor da despesa validada.

Para se analisar a intensidade do investimento em função da população e do território foram calculados indicadores relativos à distribuição do investimento elegível e do fundo comunitário por habitante e por Km², respectivamente.

Relativamente à intensidade do investimento em função da população presente constata-se que existe algumas diferenças consoante se trate de investimento elegível, fundo comunitário aprovado e fundo comunitário pago.

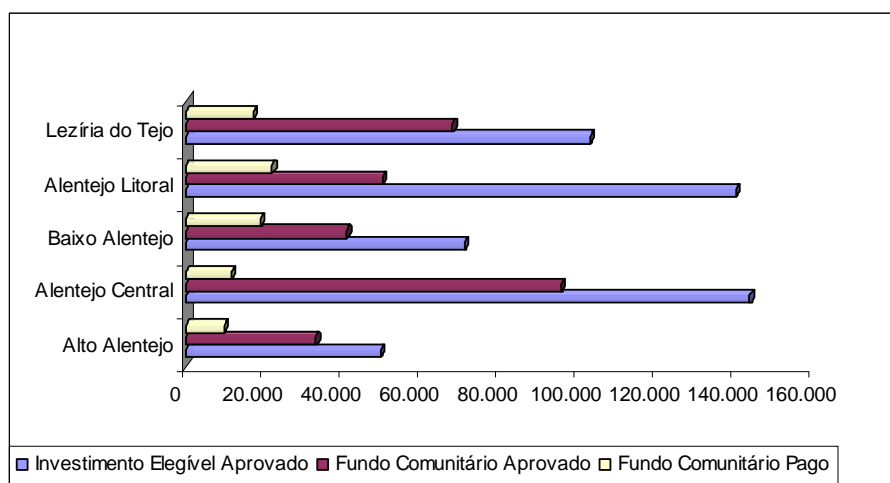
Gráfico 4.2.2 - Execução do QREN por NUTS III e Habitante



Assim, constata-se que os maiores volumes de investimento elegível aprovado se situam no Alentejo Litoral com mais de 7,5 mil euros por habitante e os menores volumes ocorrem na Lezíria do Tejo com perto de 2 mil euros por habitante. Em contrapartida, os maiores volumes de incentivo por habitante observam-se no Alentejo Central com valores superiores a 4 mil euros por habitante, enquanto na Lezíria do Tejo ocorrem valores pouco superiores a mil euros por habitante. Por sua vez, no que respeita a fundo comunitário pago, o maior valor regista-se no Baixo Alentejo com valores da ordem dos 1300 euros por habitante, enquanto os menores valores observados se registam na Lezíria do Tejo com pouco mais de 300 euros por habitante.

Já no que respeita à intensidade do investimento em função do território, constata-se que existem algumas semelhanças entre a intensidade de aplicação quer se trate de investimento elegível, quer se trate de fundo comunitário aprovado. Já ao nível do fundo comunitário pago verifica-se uma distribuição ligeiramente diferente.

Gráfico 4.2.3 - Execução do QREN por NUTS III e Km²



Desta forma, constata-se que os maiores volumes de investimento elegível aprovado se situam no Alentejo Central com mais de 143 mil euros por Km² e os menores volumes ocorrem no Alto Alentejo com perto de 50 mil euros por Km². No que respeita aos maiores volumes de incentivo por Km², observam-se no Alentejo Central com valores superiores a 95 mil euros por Km², enquanto que no Alto Alentejo ocorrem valores pouco superiores a 33 mil euros por Km². Por sua vez, o fundo comunitário pago regista a maior intensidade no Alentejo Litoral com valores da ordem dos 22 mil euros Km², enquanto que o Alto Alentejo com valores inferiores a 10 mil euros por Km², regista os menores valores observados.

Seguidamente vai ser apresentada uma análise mais aprofundada da execução do QREN por NUTS III recorrendo às tipologias de investimento mais comuns em cada uma delas.

No caso do Alto Alentejo observa-se que esta NUTS tem uma dispersão maior de verbas por um número considerável de tipologias de investimento, pelo que neste caso as cinco tipologias mais representativas conseguem concentrar a 67% do fundo comunitário aprovado para esta NUST III.

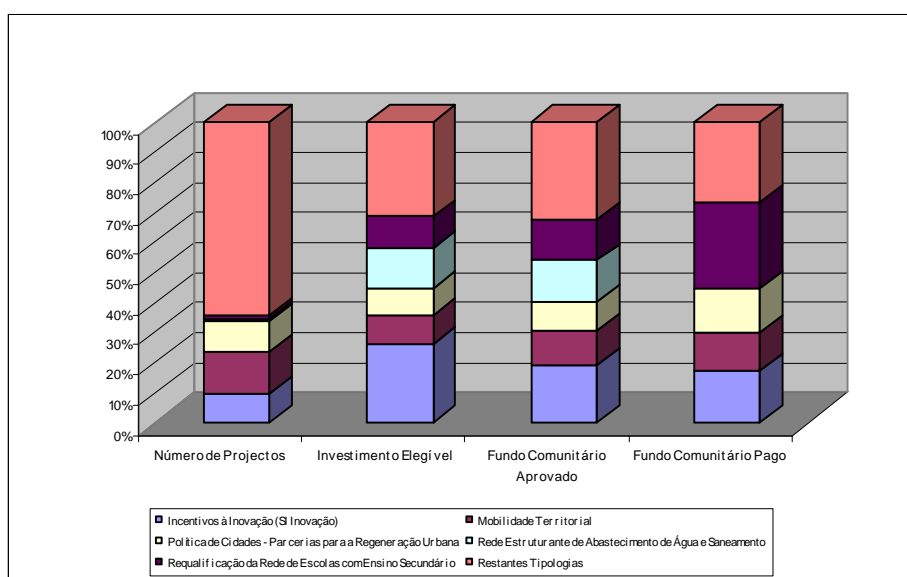
Quadro 4.2.2 - O QREN no Alto Alentejo por Tipologia de Operação

Tipologias	Número de Projectos	Investimento Elegível	Fundo Comunitário Aprovado	Fundo Comunitário Pago	% Fundo Comunitário Aprovado
		Mil euros	Mil euros	Mil euros	
Total no Alto Alentejo	320	311.415	208.019	60.800	100,0
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	31	81.898	40.143	10.528	19,3%
Mobilidade Territorial	44	29.358	23.455	7.657	11,3%
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	33	27.810	19.674	8.975	9,5%
Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento	2	40.928	28.650	0	13,8%
Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário	4	33.389	28.380	17.538	13,6%
Restantes Tipologias	206	98.032	67.718	16.101	32,6%

Considerando as tipologias com maior dimensão nesta NUTS III, é de destacar os *“Incentivos à Inovação”* associados à melhoria da competitividade das empresas norte alentejanas, que detêm quase um quinto do fundo comunitário aprovado no Alto Alentejo.

Merecem também alguma referência pela significância que têm ao nível da concretização dos objectivos do QREN e também pela relevância financeira que apresentam, as tipologias relativas à *“Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento”* e a *“Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário”*, uma associada à Agenda de Valorização Territorial e a outra à Agenda do Potencial Humano.

Gráfico 4.2.4 - O QREN no Alto Alentejo por Tipologia de Investimento



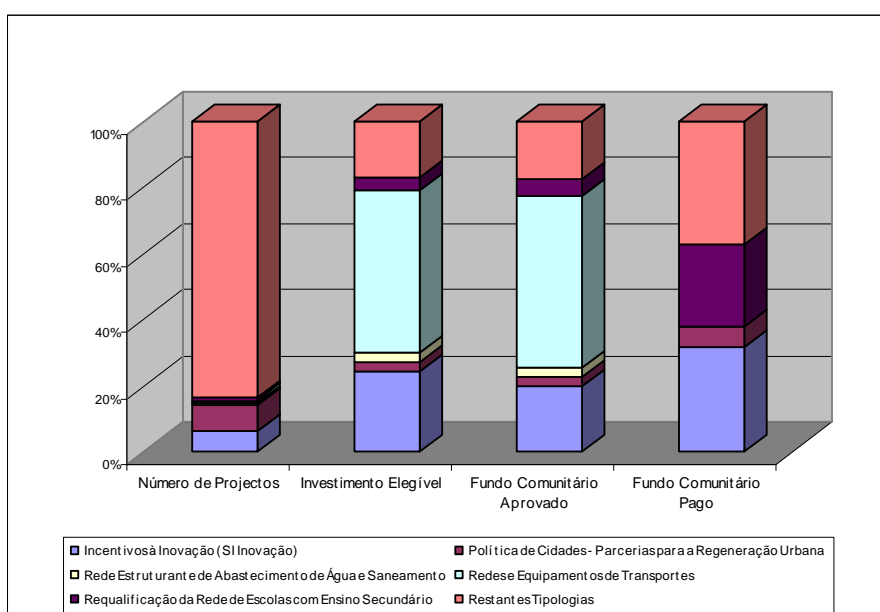
No que respeita ao Alentejo Central verifica-se que existe uma maior concentração de valores nas cinco principais tipologias de investimento que concentram 83% do fundo comunitário aprovado para esta NUST III

Quadro 4.2.3 - O QREN no Alentejo Central por Tipologia de Operação

Tipologias	Número de Projectos	Investimento Elegível	Fundo Comunitário Aprovado	Fundo Comunitário Pago	% Fundo Comunitário Aprovado
		Mil euros	Mil euros	Mil euros	
Total no Alentejo Central	595	1.040.075	692.474	83.547	100,0
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	39	256.271	138.280	26.685	20,0%
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	44	27.979	19.599	4.820	2,8%
Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento	4	24.899	17.500	13	2,5%
Redes e Equipamentos de Transportes	6	511.767	358.237	0	51,7%
Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário	4	43.208	36.727	21.035	5,3%
Restantes Tipologias	498	175.951	122.131	30.993	17,6%

Entre estas tipologias com maior volume de investimento e de fundo comunitário aprovado para esta NUTS III, destacam-se as “Redes e Equipamentos de Transporte” associadas à melhoria das condições de transporte, designadamente à construção e melhoria da ligação ferroviária Sines – Caia. Esta tipologia de investimento representa mais de metade do fundo comunitário aprovado para o Alentejo Central.

Gráfico 4.2.5 - O QREN no Alentejo Central por Tipologia de Investimento



No âmbito das tipologias de investimento mais representativas nesta NUTS também merecem ser destacados os “Incentivos à Inovação” associados à melhoria da competitividade das empresas alentejanas, que ainda assim detém quase um quinto do fundo comunitário aprovado no Alentejo Central.

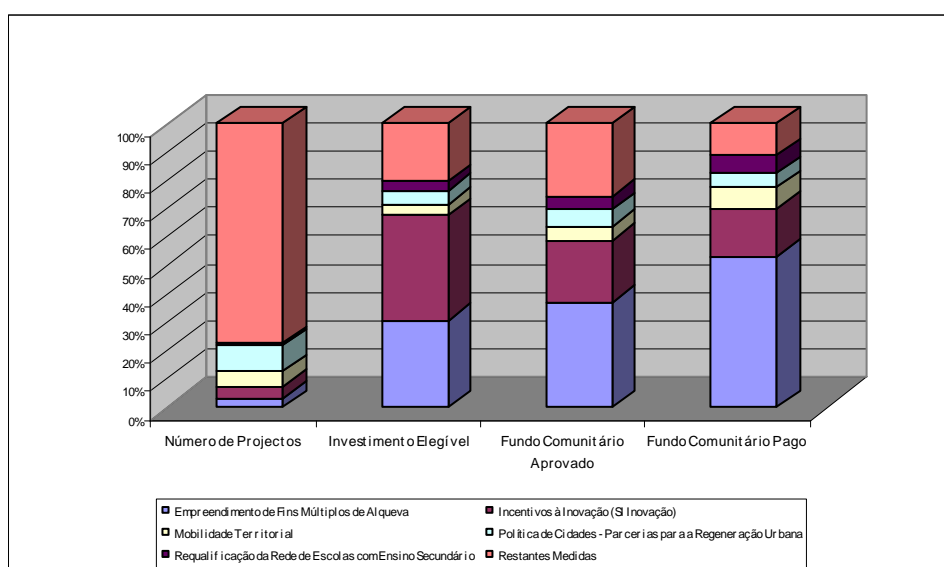
No Baixo Alentejo, à semelhança do que se passa com outras NUTS III, observa-se que existe uma grande concentração de montantes nas cinco principais tipologias de investimento que conseguem representar cerca de 75% do fundo comunitário aprovado para esta NUTS III.

Quadro 4.2.4 - O QREN no Baixo Alentejo por Tipologia de Operação

Medidas	Número de Projectos	Investimento Elegível	Fundo Comunitário Aprovado	Fundo Comunitário Pago	% Fundo Comunitário Aprovado
		Mil euros	Mil euros	Mil euros	
Total no Baixo Alentejo	375	608.284	351.649	162.063	100,0
Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva	11	186.029	130.220	86.430	37,0%
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	16	225.520	76.310	27.184	21,7%
Mobilidade Territorial	20	24.303	18.079	11.842	5,1%
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	35	28.779	21.166	8.256	6,0%
Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário	2	18.899	16.064	10.174	4,6%
Restantes Medidas	291	124.756	89.811	18.176	25,5%

No âmbito das tipologias com maior volume de investimento e de fundo comunitário aprovado para esta NUTS III, destacam-se os valores associados ao “Empreendimento de Fins de Alqueva”, que visam a conclusão deste importante investimento, que se situa na NUTS III Baixo Alentejo, mas que é assumido como relevante para o País, pelo que é financiado pelo POVT. Esta tipologia de investimento representa cerca de dois quintos do fundo comunitário aprovado para o Baixo Alentejo.

Gráfico 4.2.6 - O QREN no Baixo Alentejo por Tipologia de Investimento



Ainda no âmbito das tipologias de investimento mais representativas nesta NUTS também merecem ser destacados os “*Incentivos à Inovação*” associados à melhoria da competitividade das empresas alentejanas, que detêm mais de um quinto do fundo comunitário aprovado no Baixo Alentejo.

Relativamente ao Alentejo Litoral constata-se que as cinco principais tipologias de investimento têm grande representatividade pois conseguem concentrar a 83% do fundo comunitário aprovado para esta NUTS III.

Quadro 4.2.5 - O QREN no Alentejo Litoral por Tipologia de Operação

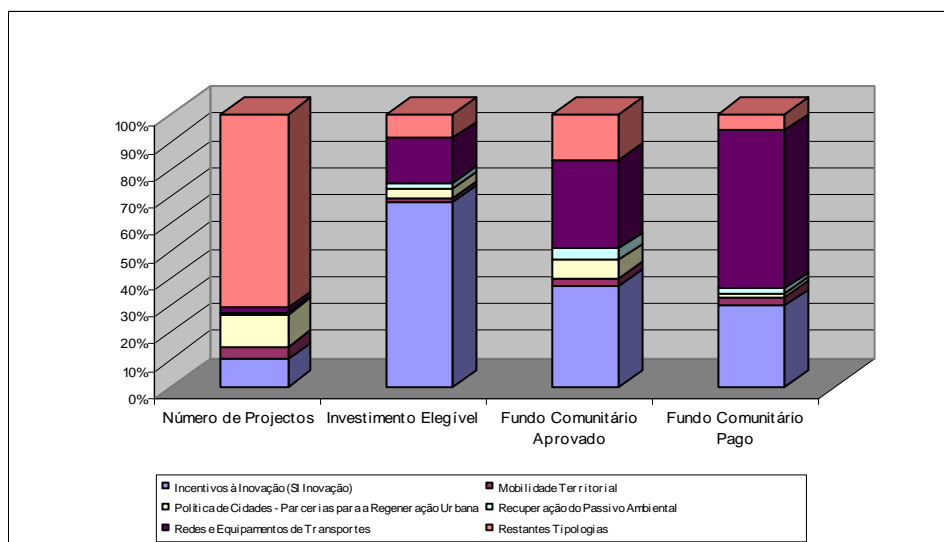
Tipologias	Número de Projectos	Investimento Elegível	Fundo Comunitário Aprovado	Fundo Comunitário Pago	% Fundo Comunitário Aprovado
		Mil euros	Mil euros	Mil euros	
Total no Alentejo Litoral	208	745.776	265.931	117.481	100,0
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	21	505.856	98.069	34.714	36,9%
Mobilidade Territorial	9	11.442	8.116	3.674	3,1%
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	25	24.501	17.455	2.013	6,6%
Recuperação do Passivo Ambiental	2	15.641	10.949	1.725	4,1%
Redes e Equipamentos de Transportes	3	123.947	86.763	68.450	32,6%
Restantes Tipologias	148	64.389	44.579	6.906	16,8%

Entre as tipologias com maior dimensão nesta NUTS III, destacam-se os “*Incentivos à Inovação*” associadas à melhoria da competitividade das empresas que se encontram associadas ao pólo industrial de Sines. Estes incentivos conseguem mobilizar cerca de dois terços do investimento elegível aprovado para esta NUTS e cerca de 37% do fundo comunitário aprovado no Alentejo Litoral.

Ainda no âmbito das tipologias de investimento mais representativas nesta NUTS também merecem ser destacadas as “*Redes e Equipamentos de Transporte*” associadas à melhoria das condições de transporte, designadamente à

construção e melhoria da ligação ferroviária Sines – Caia. Esta tipologia de investimento representa cerca de um terço do fundo comunitário aprovado para o Alentejo Litoral.

Gráfico 4.2.7 – O QREN no Alentejo Litoral por Tipologia de Investimento



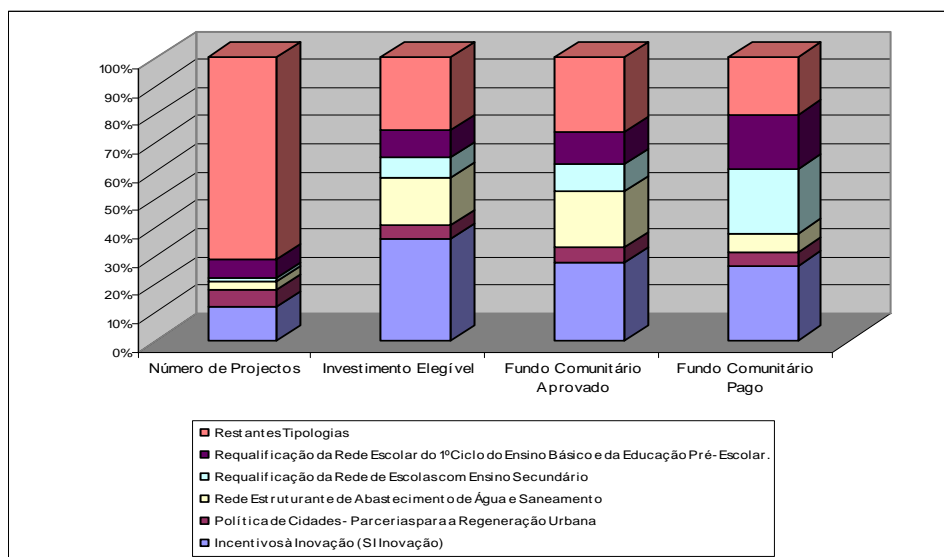
Na Lezíria do Tejo e à semelhança do que se passa com as restantes NUTS III do Alentejo, observa-se que existe uma grande concentração de valores nas cinco principais tipologias de investimento. Estas conseguem representar cerca de 74% do fundo comunitário aprovado para esta NUTS III.

Quadro 4.2.6 – O QREN na Lezíria do Tejo por Tipologia de Operação

Tipologias	Número de Projectos	Investimento Elegível	Fundo Comunitário Aprovado	Fundo Comunitário Pago	% Fundo Comunitário Aprovado
		Mil euros	Mil euros	Mil euros	
Total Lezíria do Tejo	379	440.793	291.369	74.595	100,0
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	45	158.888	80.041	19.808	27,5%
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	23	20.729	15.991	3.273	5,5%
Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento	12	72.624	58.099	5.185	19,9%
Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário	3	32.852	27.924	17.082	9,6%
Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	25	41.836	32.364	14.248	11,1%
Restantes Tipologias	271	113.864	76.949	14.998	26,4%

Assim, e no que respeita às tipologias com maior dimensão no seio desta NUTS III, destacam-se os “Incentivos à Inovação” associadas à melhoria da competitividade das empresas ribatejanas, que detêm quase 28% do fundo comunitário aprovado na Lezíria do Tejo.

Gráfico 4.2.8 - O QREN na Lezíria do Tejo por Tipologia de Investimento



Merecem também alguma referência pela significância que têm ao nível da concretização dos objectivos do QREN e também pela relevância financeira que apresentam, as tipologias relativas à “Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento” e a “Requalificação da Rede de Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar” uma associada à Agenda de Valorização Territorial e a outra à Agenda do Potencial Humano.

5. OS SISTEMAS DE INCENTIVOS

Os Sistemas de Incentivos nesta região, como na generalidade das regiões convergência do Continente português, aparecem repartidos pelo PO Regional e pelo POFC (INALENTEJO e COMPETE). Neste capítulo, e com o objectivo de dar uma visibilidade mais global da sua intervenção ao nível da Região, vai-se proceder a uma análise conjunta dos mesmos. Assim, procede-se a uma análise que comporta a intervenção do COMPETE na região, bem como a parte respeitante ao INALENTEJO que lida directamente com os Sistemas de

Incentivos, isto é, têm-se em conta os valores correspondentes à Agenda da Competitividade.

5.1 - Análise por tipologia de investimento e sector de Actividade

Neste ponto a análise vai ser feita tendo em atenção dois níveis distintos - um que diz respeito à execução dos Sistemas de Incentivos por tipologia de investimento e outro que diz respeito à sua execução por sector de actividade.

Nesta região e até ao presente momento (30/09/2011) os S.I. representam cerca de 14% das operações aprovadas, mas em contrapartida em termos de investimento elegível ascendem a mais de 28% do investimento elegível associado às operações aprovadas na região e a mais de 22% do fundo comunitário destinado a apoiar estas intervenções.

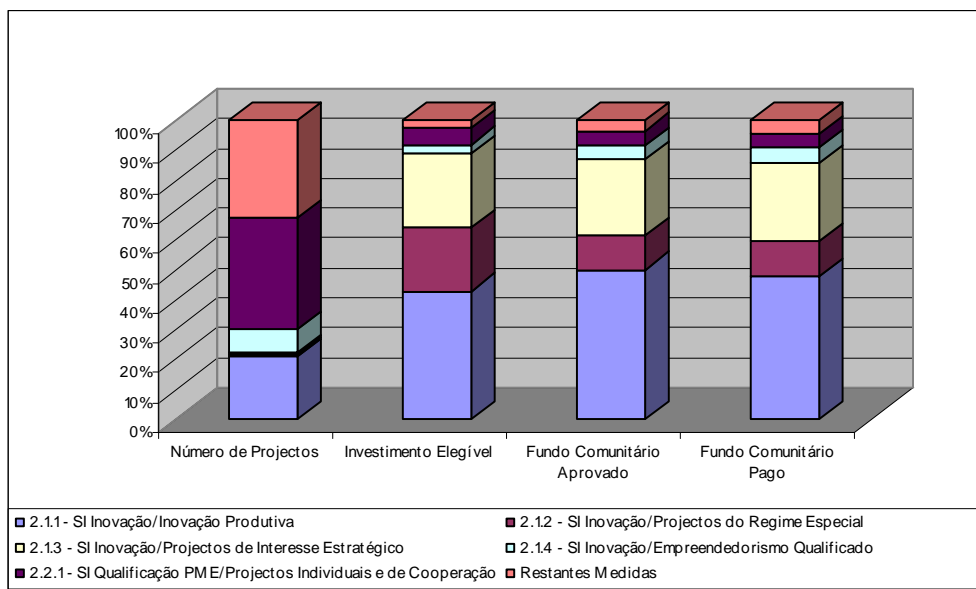
Quadro 5.1.1 - Os Sistemas de Incentivos por Tipologia de Operação

Medidas	Número de Projectos	Investimento Elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
		Mil euros	Aprovado	Pago	
Total S.I. no Alentejo	646	1.112.534	520.995	113.133	100,0
2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	135	476.430	260.295	54.260	50,0%
2.1.2 - SI Inovação/Projectos do Regime Especial	5	233.366	59.956	12.960	11,5%
2.1.3 - SI Inovação/Projectos de Interesse Estratégico	5	276.743	131.762	29.875	25,3%
2.1.4 - SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	48	34.713	23.439	5.797	4,5%
2.2.1 - SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	241	60.188	26.509	5.299	5,1%
Restantes Medidas	212	31.094	19.034	4.942	3,7%

Tal como na maior parte dos programas analisados no âmbito dos S.I. as cinco tipologias mais representativas congregam a maior parte do fundo comunitário aprovado para este Programa nesta região, ascendendo a mais de 96% deste

valor. Destaca-se para além de todas as outras os “Incentivos à Inovação (SI Inovação)” que detêm mais de 50% do fundo comunitário aprovado no Alentejo no âmbito dos Sistemas de Incentivos. O gráfico seguinte ilustra bem esta situação.

Gráfico 5.1.1 - Os Sistemas de Incentivos no Alentejo por Medida



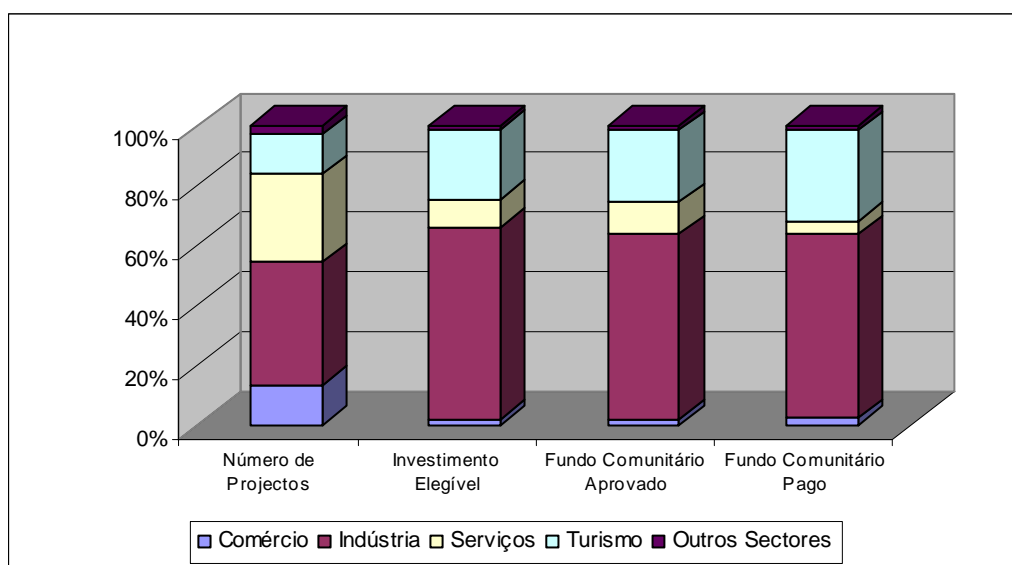
Quando se faz a análise da distribuição do investimento realizado ao abrigo dos Sistemas de Incentivos do QREN por sector de actividade, constata-se que existem quatro sectores de actividade predominantes em termos de procura de fundos para investir, são eles: o comércio, a indústria, os serviços e o turismo. Estes sectores concentram 98,5% do fundo comunitário aprovado no âmbito dos Sistemas de Incentivos.

Quadro 5.1.2 - Os Sistemas de Incentivos por Sector de Actividade

Sector de Actividade	Número de Projectos	Investimento Elegível	Fundo Comunitário Aprobado	Fundo Comunitário Pago	% Fundo Comunitário Aprobado
		Mil euros	Mil euros	Mil euros	
Total S.I. no Alentejo	646	1.112.534	520.995	113.133	100,0
Comércio	86	21.934	10.208	2.767	2,0%
Indústria	264	713.042	322.722	69.390	61,9%
Serviços	189	103.192	55.370	4.728	10,6%
Turismo	88	260.395	125.041	34.330	24,0%
Outros Sectores	19	13.972	7.654	1.918	1,5%

De entre todos os sectores de actividade destaca-se o sector da indústria, que é o que tem mais projectos aprovados (41%), maior volume de investimento elegível (64%) e maior peso no montante de incentivo concedido (62%). Também merece uma referência pelos montantes envolvidos, o sector do turismo, pois apesar de deter cerca de 14% do total de operações aprovadas, representa, na região, 23% do investimento elegível nos Sistemas de Incentivos e 24% do incentivo concedido às empresas.

Gráfico 5.1.2 - Os Sistemas de Incentivos no Alentejo por Sector de Actividade

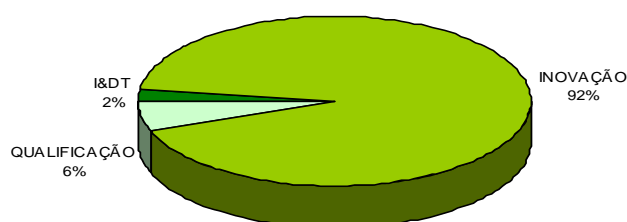


5.2 Os Sistemas de Incentivos no Território

Neste caso particular, vai ser apresentada uma análise feita ao conjunto de sistemas de incentivos desagregada por PO (INALENTEJO e COMPETE), na qual serão feitas abordagens por Medida, Dimensão de Empresa e Sector de Actividade. Os dados apresentados, reportados a 30/09/2011, serão relativos a operações aprovadas, investimento elegível aprovado, fundo comunitário aprovado e pago.

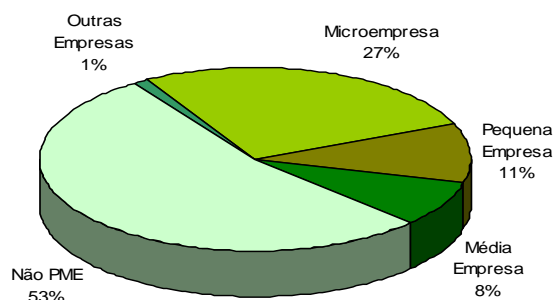
Antes de se passar a uma análise mais detalhada da distribuição territorial dos Sistemas de Incentivos vão-se apresentar alguns gráficos que permitem detalhar a distribuição do investimento elegível por medida, dimensão de empresa e sector de actividade na Região Alentejo.

Gráfico 5.2.1 - Investimento Elegível no Alentejo por Medida



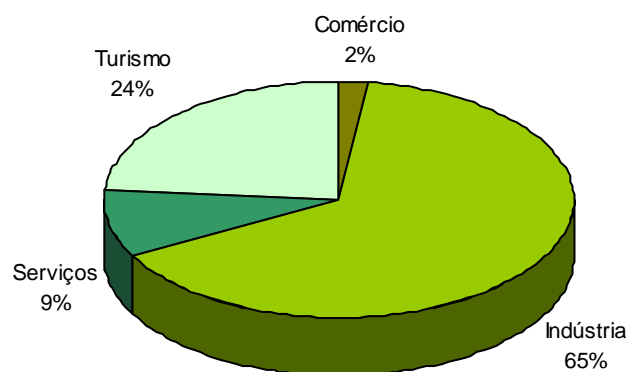
Conforme se pode observar no gráfico, no Alentejo predomina o investimento candidatado aos SI Inovação que concentra 92% do investimento elegível candidatado no âmbito dos Sistemas de Incentivos. Por sua vez os SI Qualificação e ID têm um peso muito pouco significativo no contexto do investimento elegível regional. Já no que respeita ao número de operações aprovadas a maior parte delas (51%) encontra-se na Medida SI Qualificação e Internacionalização das Empresas.

Gráfico 5.2.2 - Investimento Elegível no Alentejo por Dimensão de Empresa



Relativamente à dimensão das empresas que têm operações aprovadas nos Sistemas de Incentivos, verifica-se que o maior número de operações (39%) pertence às microempresas. Por sua vez, o maior volume de investimento elegível (53%) concentra-se nas Não PME, que apesar de terem aprovadas um menor número de operações, têm maior dimensão financeira.

Gráfico 5.2.3 - Investimento Elegível no Alentejo por Sector de Actividade



Em termos da distribuição por sectores de actividade, assume particular destaque o sector da indústria que apresenta o maior número de operações aprovadas (41%) e o maior volume de investimento elegível (65%). De salientar também o sector do turismo que se tem vindo a afirmar na região e que assim apresenta um volume de investimento elegível aprovado significativo (24%).

A partir de agora vai-se proceder à análise dos investimentos no âmbito dos S.I. nas diversas NUTS III da região.

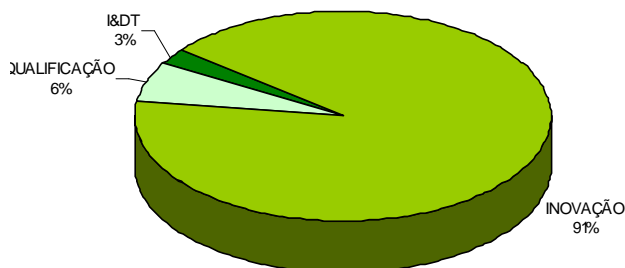
Quadro 5.2.1 - Os S.I. no Alto Alentejo

Domínios de Análise	N.º de Operações	Investimento Elegível			Fundo Comunitário Aprovado		
		Total	Médio	% na Região	Total	Médio	% na Região
TOTAL	77	121.816.624	1.582.034	10,96%	61.724.193	801.613	11,86%
Por Medida SI:							
I&DT	5	3.082.828	616.566	12,79%	2.064.541	412.908	13,93%
INOVAÇÃO	38	111.385.229	2.931.190	10,91%	56.369.168	1.483.399	11,86%
QUALIFICAÇÃO	34	7.348.568	216.134	11,36%	3.290.483	96.779	11,27%
Por Dimensão de Empresa:							
Microempresa	40	33.377.122	834.428	11,14%	20.370.080	509.252	13,31%
Pequena Empresa	23	25.274.277	1.098.882	21,61%	15.765.808	685.470	22,81%
Média Empresa	8	17.946.478	2.243.310	20,35%	9.765.528	1.220.691	21,76%
Não PME	6	45.218.747	7.536.458	7,61%	15.822.778	2.637.130	6,45%
Outras Empresas	0	0	0	0,00%	0	0	0,00%
Por Sector de Actividade:							
Comércio	14	3.529.283	252.092	16,09%	1.816.343	129.739	17,79%
Indústria	36	63.833.114	1.773.142	8,95%	36.316.714	1.008.798	11,25%
Serviços	13	4.234.718	325.748	4,10%	2.604.195	200.323	4,70%
Turismo	12	40.475.322	3.372.944	15,62%	15.630.925	1.302.577	12,56%

Em termos globais o Alto Alentejo é a NUTS III que apresenta um menor volume de investimento elegível aprovado na região, com um valor de cerca de 11%, o mesmo se passando relativamente ao apoio concedido que ascende a cerca de 12% do total aprovado para a região Alentejo.

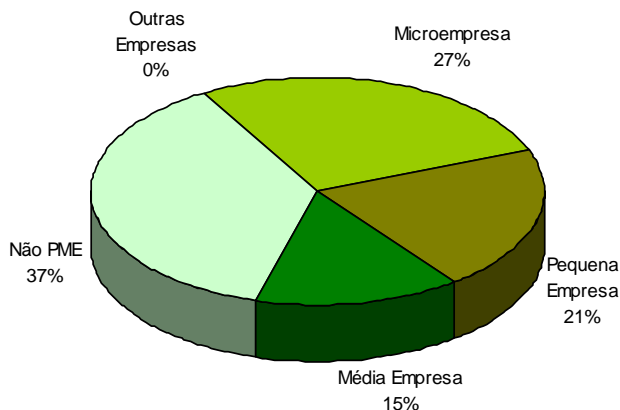
No contexto global o único destaque vai para o peso desta NUTS na Medida ID, pois apesar de deter cerca de 13% do investimento elegível e 14% do fundo comunitário aprovado, é a segunda NUTS em termos de expressão no que se refere a esta medida.

Gráfico 5.2.4 - Investimento Elegível no Alto Alentejo por Medida



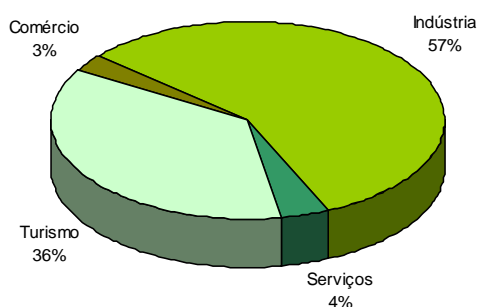
O gráfico permite comprovar que à semelhança do que se passa na Região Alentejo, também nesta NUTS há uma predominância dos SI Inovação que aqui têm o maior número de projectos e que concentram 91% do investimento elegível candidatado no âmbito dos Sistemas de Incentivos.

Gráfico 5.2.5 - Investimento Elegível no Alto Alentejo por Dimensão de Empresa



No que respeita à dimensão das empresas que têm operações aprovadas nos Sistemas de Incentivos, verifica-se que apesar do maior número de operações pertencer às microempresas, o maior volume de investimento elegível (53%) concentra-se nas Não PME.

Gráfico 5.2.6 - Investimento Elegível no Alto Alentejo por Sector de Actividade



À semelhança do que se observa no global da região, também nesta NUTS III, em termos da distribuição por sectores de actividade, assume particular destaque o sector da indústria que apresenta o maior número de operações aprovadas e o maior volume de investimento elegível (57%). No Alto Alentejo o

turismo também se assume como um sector importante ao ponto de representar 36% do volume de investimento elegível aprovado.

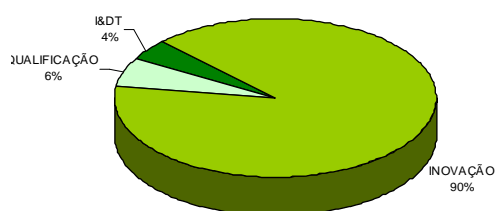
O Alentejo Central é a NUTS III que apresenta um maior volume de investimento elegível aprovado na região, com um valor que ultrapassa 34%, o mesmo se passando relativamente ao apoio concedido que ascende a mais de 40% do total aprovado para a região Alentejo.

Quadro 5.2.2 - Os S.I. no Alentejo Central

Domínios de Análise	N.º de Operações	Investimento Elegível			Fundo Comunitário Aprovado		
		Total	Médio	% na Região	Total	Médio	% na Região
TOTAL	257	382.397.331	1.487.927	34,41%	208.223.457	810.208	40,02%
Por Medida SI:							
I&DT	86	16.243.255	188.875	67,38%	10.123.226	117.712	68,28%
INOVAÇÃO	57	342.093.553	6.001.641	33,50%	187.179.012	3.283.842	39,37%
QUALIFICAÇÃO	111	22.893.538	206.248	35,38%	10.094.736	90.944	34,57%
Por Dimensão de Empresa:							
Microempresa	87	110.415.086	1.269.139	36,85%	68.130.769	783.112	44,53%
Pequena Empresa	48	23.589.543	491.449	20,17%	13.667.421	284.738	19,77%
Média Empresa	32	21.934.673	685.459	24,87%	9.774.313	305.447	21,78%
Não PME	20	217.358.691	10.867.935	36,57%	110.034.673	5.501.734	44,87%
Outras Empresas	70	9.099.339	129.991	76,10%	6.616.281	94.518	82,07%
Por Sector de Actividade:							
Comércio	25	5.367.516	214.701	24,47%	2.431.457	97.258	23,82%
Indústria	89	225.734.484	2.536.343	31,66%	120.858.125	1.357.956	37,45%
Serviços	104	22.586.332	217.176	21,89%	14.258.866	137.104	25,75%
Turismo	35	127.419.845	3.640.567	49,16%	69.748.844	1.992.824	56,06%

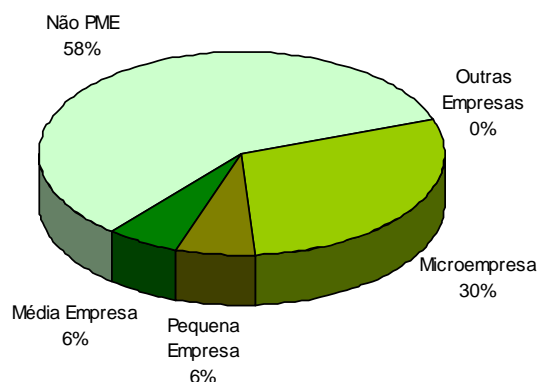
No contexto global, esta NUTS III ocupa as duas primeiras posições em quase todos os itens analisados, exceptuam-se os valores relativos ao investimento elegível nas pequenas empresas e no sector dos serviços. Nesta sub-região destacam-se os investimentos na medida ID, com dois terços do total da região, os investimentos realizados por *outras empresas*, e os investimentos no sector do turismo com cerca de metade do total regional.

Gráfico 5.2.7 - Investimento Elegível no Alentejo Central por Medida



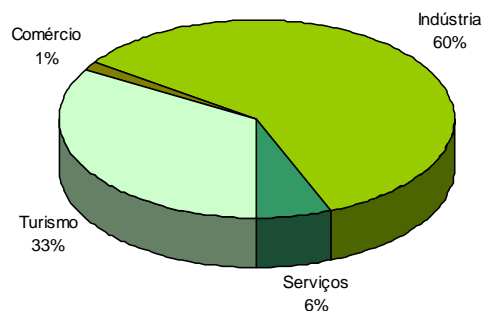
A observação do gráfico permite comprovar que, à semelhança do que se passa na Região Alentejo, nesta NUTS III também há uma predominância dos SI Inovação. Apesar de não terem o maior número de projectos, concentram 90% do investimento elegível candidatado no âmbito dos Sistemas de Incentivos.

Gráfico 5.2.8 - Investimento Elegível no Alentejo Central por Dimensão de Empresa



No que respeita à dimensão da empresa, que tem operações aprovadas nos Sistemas de Incentivos, verifica-se que apesar do maior número de operações pertencer às microempresas, estas representam 30% do volume de investimento elegível, cabendo o maior volume de investimento elegível (58%) às Não PME.

Gráfico 5.2.9 - Investimento Elegível no Alentejo Central por Sector de Actividade



Tal como sucede na região Alentejo também nesta NUTS III, em termos da distribuição por sectores de actividade, o sector da indústria assume particular destaque, pois é o segundo no número de operações aprovadas e o que apresenta maior volume de investimento elegível (60%). O turismo também se

assume como um sector importante, no Alentejo Central, fruto da influência do Grande Lago de Alqueva que faz com que este sector represente 33% do volume de investimento elegível aprovado na NUTS III e cerca de 50% do investimento elegível neste sector na Região.

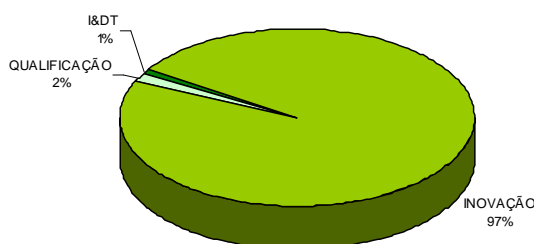
O Baixo Alentejo apresenta valores consideráveis de investimento elegível aprovado na região, que atingem os 24% de investimento elegível aprovado. Situação idêntica se passa relativamente ao apoio concedido que ascende a mais de 18% do total aprovado para a região Alentejo.

Quadro 5.2.3 - Os S.I. no Baixo Alentejo

Domínios de Análise	N.º de Operações	Investimento Elegível			Fundo Comunitário Aprovado		
		Total	Médio	% da Região	Total	Médio	% da Região
TOTAL	55	266.691.454	4.848.936	24,00%	95.723.231	1.740.422	18,40%
Por Medida SI:							
I&DT	5	2.075.009	415.002	8,61%	1.089.860	217.972	7,35%
INOVAÇÃO	24	260.405.263	10.850.219	25,50%	92.728.038	3.863.668	19,50%
QUALIFICAÇÃO	26	4.211.182	161.969	6,51%	1.905.333	73.282	6,53%
Por Dimensão de Empresa:							
Microempresa	26	10.545.493	405.596	3,52%	6.519.733	250.759	4,26%
Pequena Empresa	13	8.287.101	637.469	7,08%	5.240.310	403.101	7,58%
Média Empresa	5	8.964.144	1.792.829	10,17%	5.007.396	1.001.479	11,16%
Não PME	10	238.850.657	23.885.066	40,18%	78.924.951	7.892.495	32,18%
Outras Empresas	1	44.060	44.060	0,37%	30.842	30.842	0,38%
Por Sector de Actividade:							
Comércio	8	1.492.474	186.559	6,80%	754.453	94.307	7,39%
Indústria	18	226.777.653	12.598.758	31,80%	75.257.617	4.180.979	23,32%
Serviços	19	31.073.457	1.635.445	30,11%	14.957.271	787.225	27,01%
Turismo	9	7.236.122	804.014	2,79%	4.706.575	522.953	3,78%

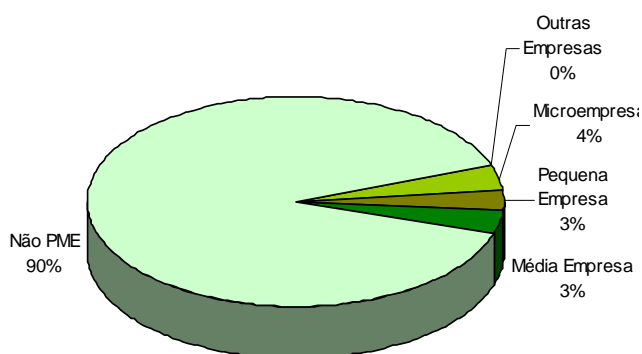
No contexto global, esta NUTS III ocupa as duas primeiras posições nos investimentos nas não PME, na Medida SI Inovação, e nos sectores da indústria e dos serviços.

Gráfico 5.2.10 - Investimento Elegível no Baixo Alentejo por Medida



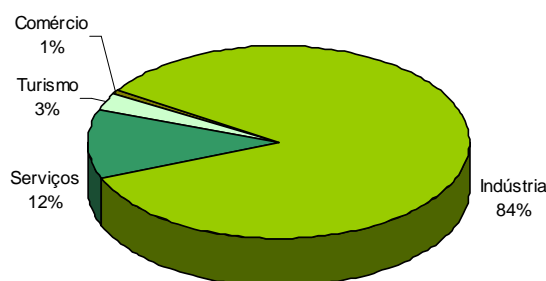
A observação do gráfico permite constatar que existe uma grande concentração do investimento elegível aprovado nos SI Inovação, que apesar de nesta NUTS não terem o maior número de projectos, que é pertença do SI Qualificação, concentram a quase totalidade do investimento elegível candidatado (97%) no âmbito dos Sistemas de Incentivos.

Gráfico 5.2.11 - Investimento Elegível no Baixo Alentejo por Dimensão de Empresa



Quanto à dimensão da empresa, que tem operações aprovadas nos Sistemas de Incentivos, verifica-se que apesar do maior número de operações pertencer às microempresas, estas representam apenas 3% do volume de investimento elegível, cabendo a esmagadora maioria do volume de investimento elegível às Não PME, que concentram 90% do total.

Gráfico 5.2.12 - Investimento Elegível no Baixo Alentejo por Sector de Actividade



Nesta NUTS III, em termos da distribuição por sectores de actividade, o sector da indústria assume particular destaque, pois é o segundo no número de

operações aprovadas e o que apresenta maior volume de investimento elegível (84%) e o que apresenta maiores valores médios por operação aprovada (mais de 12 milhões de euros).

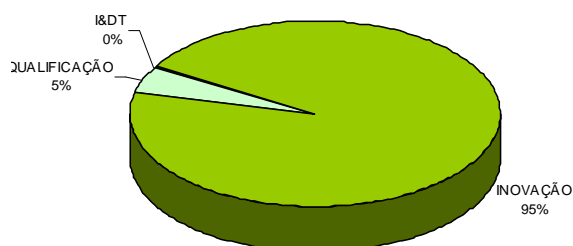
O Alentejo Litoral apresenta valores de investimento elegível aprovado na região, que atingem os 15% de investimento elegível aprovado, o mesmo se passando relativamente ao apoio concedido que ascende a mais de 12% do total aprovado para a região Alentejo.

Quadro 5.2.4 - Os S.I. no Alentejo Litoral

Domínios de Análise	N.º de Operações	Investimento Elegível			Fundo Comunitário Aprovado		
		Total	Médio	% na Região	Total	Médio	% na Região
TOTAL	64	162.183.509	2.534.117	14,59%	65.000.868	1.015.639	12,49%
Por Medida SI:							
I&DT	4	507.551	126.888	2,11%	357.116	89.279	2,41%
INOVAÇÃO	22	153.852.299	6.993.286	15,07%	61.082.022	2.776.456	12,85%
QUALIFICAÇÃO	38	7.823.659	205.886	12,09%	3.561.731	93.730	12,20%
Por Dimensão de Empresa:							
Microempresa	37	119.090.431	3.218.660	39,74%	41.344.396	1.117.416	27,02%
Pequena Empresa	20	30.552.863	1.527.643	26,12%	17.693.373	884.669	25,60%
Média Empresa	6	11.004.216	1.834.036	12,48%	5.271.900	878.650	11,75%
Não PME	1	1.536.000	1.536.000	0,26%	691.200	691.200	0,28%
Outras Empresas	0	0	0	0,00%	0	0	0,00%
Por Sector de Actividade:							
Comércio	4	1.367.065	341.766	6,23%	652.449	163.112	6,39%
Indústria	13	74.186.930	5.706.687	10,40%	27.283.566	2.098.736	8,45%
Serviços	24	26.257.968	1.094.082	25,45%	14.303.456	595.977	25,83%
Turismo	21	60.122.118	2.862.958	23,20%	22.621.331	1.077.206	18,18%

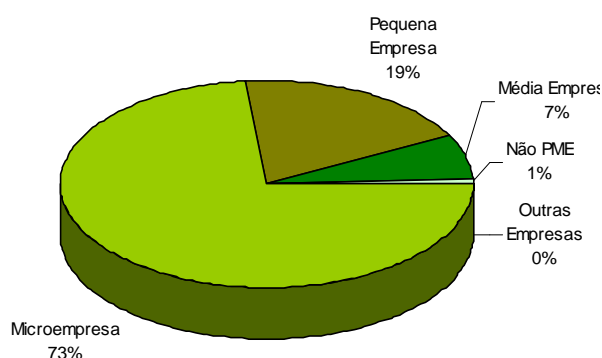
No contexto global, esta NUTS III ocupa as duas primeiras posições nos investimentos nas micro e pequenas empresas e nos sectores dos serviços e do turismo. Saliente-se que os grandes projectos industriais aprovados para esta NUTS transitaram do QCA anterior.

Gráfico 5.2.13 - Investimento Elegível no Alentejo Litoral por Medida



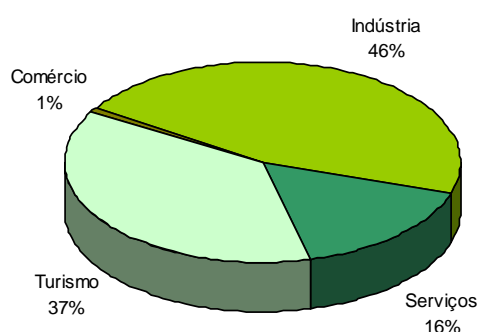
Através da observação do gráfico é possível constatar que existe uma grande concentração do investimento elegível aprovado nos SI Inovação, que apesar de nesta NUTS não terem o maior número de projectos, que se é pertença do SI Qualificação, concentram a quase totalidade do investimento elegível candidatado (95%) no âmbito dos Sistemas de Incentivos.

Gráfico 5.2.14 - Investimento Elegível no Alentejo Litoral por Dimensão de Empresa



Quanto à dimensão da empresa, que tem operações aprovadas nos Sistemas de Incentivos, de forma um tanto ou quanto diferenciada, quando comparada com a região, verifica-se que o maior número de operações pertence às microempresas, e que estas representam apenas 73% do volume de investimento elegível, cabendo as pequenas empresas 19%, o que faz com que as micro e pequenas empresas detenham 92% do volume de investimento elegível no Alentejo Litoral.

Gráfico 5.2.15 - Investimento Elegível no Alentejo Litoral por Sector de Actividade



Tal como sucede na região Alentejo também nesta NUTS III, em termos da distribuição por sectores de actividade, o sector da indústria assume algum destaque, pois apresenta maior volume de investimento elegível (46%). No entanto o sector do turismo também se assume como um sector importante, fruto da influência da longa costa atlântica (cerca de 150 km) que faz com que este sector represente 37% do volume de investimento elegível aprovado na NUTS III.

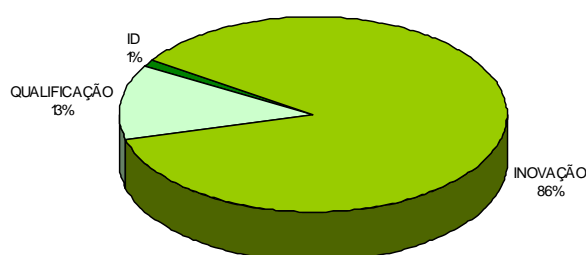
A Lezíria do Tejo apresenta volumes de investimento elegível aprovado na região, com valores que andam próximos dos 16%, o mesmo se passando relativamente ao apoio concedido que ascende a mais de 17% do total aprovado para a região Alentejo.

Quadro 5.2.5 - Os S.I. na Lezíria do Tejo

Domínios de Análise	N.º de Operações	Investimento Elegível			Fundo Comunitário Aprovado		
		Total	Médio	% na Região	Total	Médio	% na Região
TOTAL	190	178.150.408	937.634	16,03%	89.631.884	471.747	17,23%
Por Medida SI:							
I&DT	16	2.196.783	137.299	9,11%	1.190.941	74.434	8,03%
INOVAÇÃO	52	153.516.172	2.952.234	15,03%	78.094.167	1.501.811	16,43%
QUALIFICAÇÃO	122	22.437.452	183.914	34,67%	10.346.777	84.810	35,44%
Por Dimensão de Empresa:							
Microempresa	61	26.245.554	430.255	8,76%	16.628.565	272.599	10,87%
Pequena Empresa	67	29.278.716	436.996	25,03%	16.760.847	250.162	24,25%
Média Empresa	40	28.335.428	708.386	32,13%	15.063.001	376.575	33,56%
Não PME	16	91.477.024	5.717.314	15,39%	39.764.497	2.485.281	16,21%
Outras Empresas	6	2.813.686	468.948	23,53%	1.414.974	235.829	17,55%
Por Sector de Actividade:							
Comércio	35	10.177.319	290.781	46,40%	4.553.629	130.104	44,61%
Indústria	108	122.509.716	1.134.349	17,18%	63.006.133	583.390	19,52%
Serviços	29	19.039.181	656.523	18,45%	9.245.840	318.822	16,70%
Turismo	9	23.928.682	2.658.742	9,23%	11.699.918	1.299.991	9,40%

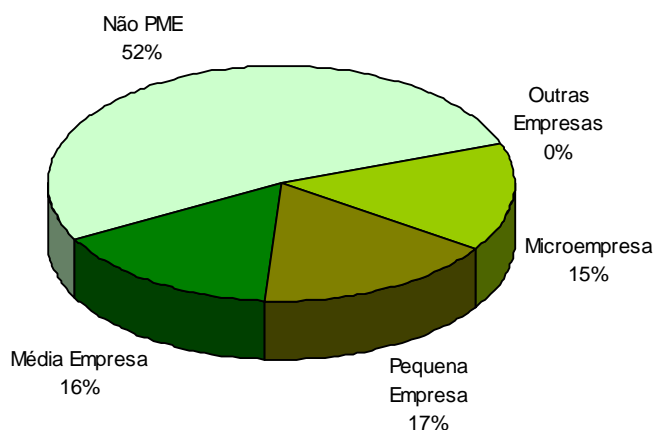
No contexto global o destaque vai para o peso desta NUTS na medida *Qualificação de Empresas*, para o investimento elegível nas médias empresas e no sector do comércio.

Gráfico 5.2.16 - Investimento Elegível na Lezíria do Tejo por Medida



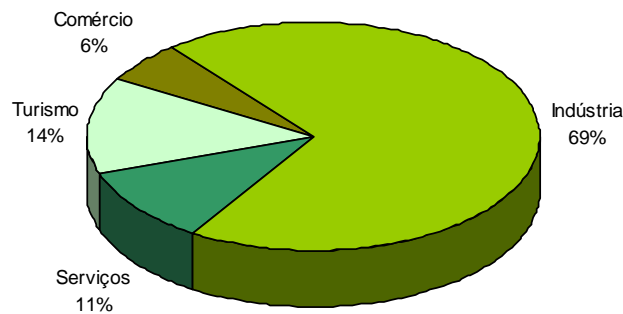
O gráfico permite comprovar que à semelhança do que se passa na Região Alentejo, também nesta NUTS há uma predominância dos SI Inovação que concentram 86% do investimento elegível candidatado no âmbito dos Sistemas de Incentivos. No entanto, os SI Qualificação detêm o maior número de operações aprovadas e um valor de investimento elegível claramente superior à média regional.

Gráfico 5.2.17 - Investimento Elegível na Lezíria do Tejo por Dimensão de Empresa



No que respeita à dimensão das empresas que têm operações aprovadas nos Sistemas de Incentivos, verifica-se que apesar do maior número de operações pertencer às pequenas empresas, o maior volume de investimento elegível (52%) concentra-se nas Não PME.

Gráfico 5.2.18 - Investimento Elegível na Lezíria do Tejo por Sector de Actividade



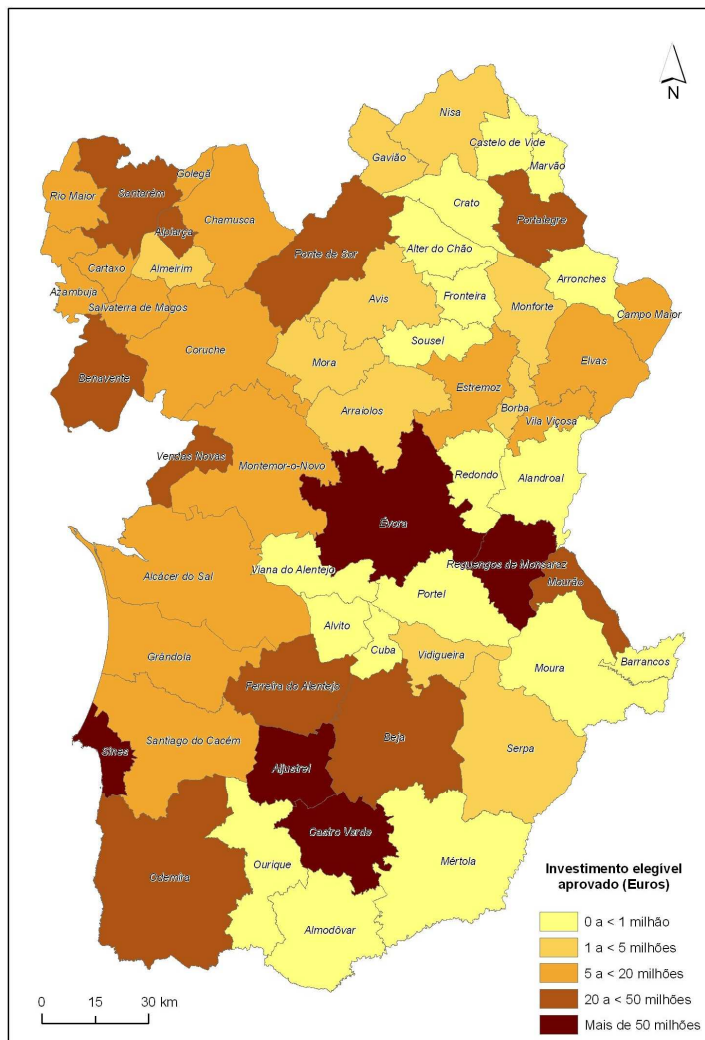
À semelhança do que se observa no global da região, também nesta NUTS III, em termos da distribuição por sectores de actividade, assume particular destaque o sector da indústria que apresenta o maior número de operações aprovadas e o maior volume de investimento elegível (69%). De registar que na Lezíria do Tejo, os sectores do comércio e dos serviços também assumem valores com alguma representatividade.

A análise das candidaturas aos Sistemas de Incentivos do QREN pode ser uma boa forma de avaliar a dinâmica de candidaturas por parte das entidades privadas. Neste sentido, apresenta-se um conjunto de mapas que permite que haja uma visão global sobre a distribuição das candidaturas e dos investimentos por toda a região, descendo na análise até ao nível do concelho, identificando desta forma as diferentes dinâmicas observadas.

O número de operações aprovadas no âmbito dos Sistemas de Incentivos (POFC + INALENTEJO) apresenta um valor médio de 11 candidaturas por concelho. A maior parte dos concelhos da região (31) tem um número de operações aprovadas igual ou inferior a 5 e somente 19 têm um número de operações aprovadas igual ou superior ao valor médio observado e, destes apenas Santarém e Évora apresentam mais de 50 operações aprovadas.

milhões de euros, com destaque para o concelho de Évora que apresenta um valor de investimento elegível superior a 200 milhões de euros.

Mapa 5.2.2 - Investimento Elegível Aprovado no âmbito dos SI por concelhos



Relativamente aos valores do fundo comunitário aprovado para apoiar estes projectos de investimento (Mapa 3), verifica-se também uma distribuição claramente assimétrica, com um maior número de concelhos (39) com valor inferior à média regional (9 milhões de euros) e menor número com valor superior (19). Constata-se também que há 32 concelhos com valores de fundo comunitário aprovado inferiores a 5 milhões de euros, 21 dos quais não atingem 1 milhão de euros de apoio, sendo que há os cinco concelhos já referidos sem qualquer valor de investimento. De referir que os cinco concelhos com maior volume de apoio andam próximos dos 240 milhões, valor que corresponde a 46 % do fundo comunitário aprovado para apoiar os projectos candidatos aos SI

Neste ponto, utilizando a informação disponível a 30 de Junho de 2011, vai-se fazer uma abordagem que permitirá comparar os contributos gerados pela aplicação dos fundos, no âmbito dos Programas Operacionais, com os indicadores resultantes das agendas temáticas, para se poder avaliar a importância da aplicação destes fundos no desenvolvimento da Região Alentejo.

A operacionalização global do QREN estrutura-se em três grandes Agendas Operacionais Temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais de intervenção com vista ao desenvolvimento económico, social e territorial do país: o potencial humano, os factores de competitividade da economia e a valorização do território.

A Agenda Operacional para o Potencial Humano congrega um conjunto de intervenções que visam a promoção das qualificações escolares e profissionais e a promoção do emprego e da inclusão social, bem como as condições para a valorização da igualdade de género e da cidadania plena.

Por sua vez, a Agenda Operacional para os Factores de Competitividade abrange as intervenções que visam estimular a qualificação do tecido produtivo, por via da inovação, do desenvolvimento tecnológico e do estímulo ao empreendedorismo, bem como da melhoria das diversas componentes da envolvente da actividade empresarial, com relevo para a redução dos custos públicos de contexto.

Por fim, a Agenda Operacional para a Valorização do Território visa dotar o país e as suas regiões de melhores condições de atractividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações, e como tal, abrange as intervenções de natureza infra-estrutural e de dotação de equipamentos essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial.

Quadro 6.1 - Candidaturas Aprovadas no âmbito das Agendas Temáticas do QREN, no Alentejo

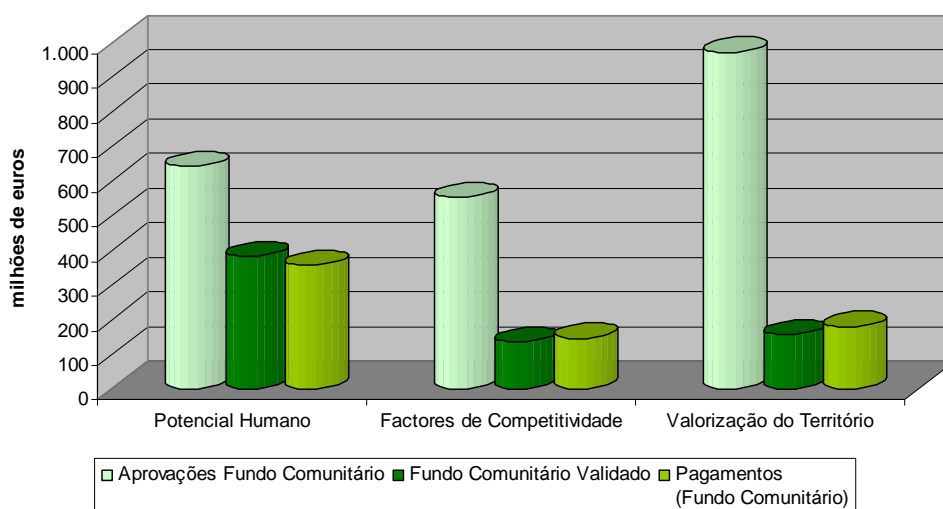
	Número	Investimento Elegível M euros	Fundo Comunitário M euros	Pagamentos (Fundo Comunitário) M euros	% Fundo Comunitário
Total Agendas Temáticas no Alentejo	4.551	3.672.328	2.162.995	678.215	100,0
Potencial Humano	2.657	890.871	641.109	355.622	29,6%
Factores de Competitividade	1.009	1.419.093	552.111	144.713	25,5%
Valorização do Território	885	1.362.364	969.775	177.880	44,8%

Fonte: Observatório QREN - Informação por Regiões

No Alentejo o maior número de projectos aprovados está concentrado na Agenda Temática do Potencial Humano (58%). Por sua vez, o maior volume de investimento elegível aprovado, encontra-se na Agenda Temática dos Factores de Competitividade, que concentra mais de 39% do investimento elegível, enquanto que o maior volume de fundo comunitário aprovado se encontra na Agenda Temática para a Valorização do Território, que acolhe cerca de 45% do total aprovado no âmbito das Agendas Temáticas.

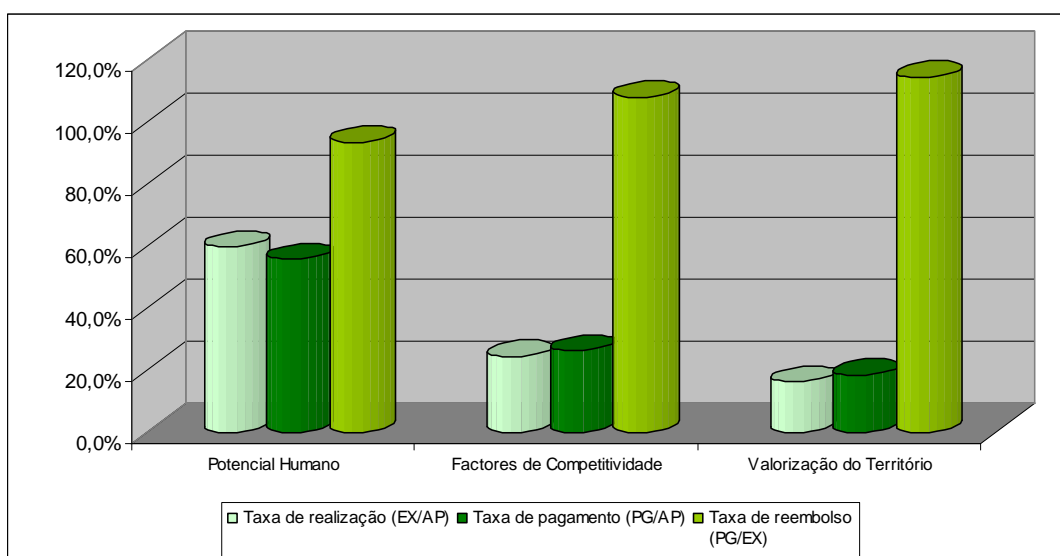
O QREN no Alentejo vem pois contribuir significativamente para a melhoria da qualificação dos recursos humanos, da competitividade da economia e do emprego e para a coesão territorial.

Gráfico 6.1 - Execução do Fundo Comunitário por Agenda Temática



No que respeita à execução do fundo comunitário, apesar de o maior valor de aprovações se encontrar no âmbito da Agenda Temática para a Valorização do Território, a nível de execução, (fundo comunitário validado e fundo comunitário pago) o destaque vai para a Agenda Temática do Potencial Humano que apresenta taxas de realização e de pagamento de 60% e 56%, respectivamente (Gráfico 6.2).

Gráfico 6.2 - Indicadores de Execução Financeira por Agenda Temática



A Agenda Temática para a Valorização do Território apresenta taxas de realização e de pagamento de 16% e 18%, respectivamente.

Na Agenda Potencial Humano destaca-se a qualificação dos portugueses, no âmbito da iniciativa novas oportunidades, o que se encontra traduzida na forte concentração dos recursos disponíveis no âmbito da qualificação inicial dos jovens e na qualificação dos adultos (51% dos valores aprovados), em acções de dupla certificação (escolar e profissional).

Quadro 6.2 – Candidaturas Aprovadas no âmbito da Agenda Temática do Potencial Humano, no Alentejo

	Número	Investimento Elegível M euros	Fundo Comunitário M euros	Pagamentos (Fundo Comunitário) M euros	% Fundo Comunitário
Total Agenda Temática Potencial Humano Alentejo	2.657	890.871	641.109	355.622	100,0
Educação e Qualificação	75	227.923	187.887	100.835	29,3%
Qualificação inicial	679	157.988	110.020	70.718	17,2%
Adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida	836	309.521	216.555	122.146	33,8%
Gestão e aperfeiçoamento profissional	446	44.306	28.777	13.799	4,5%
Formação avançada para a competitividade	10	22.065	17.288	16.412	2,7%
Apoio ao empreendedorismo e à transição para a vida activa	191	40.425	28.295	13.102	4,4%
Cidadania, inclusão e desenvolvimento social	326	83.082	48.393	17.000	7,5%
Promoção da igualdade de género	94	5.562	3.894	1.611	0,6%

Fonte: Observatório QREN - Informação por Regiões

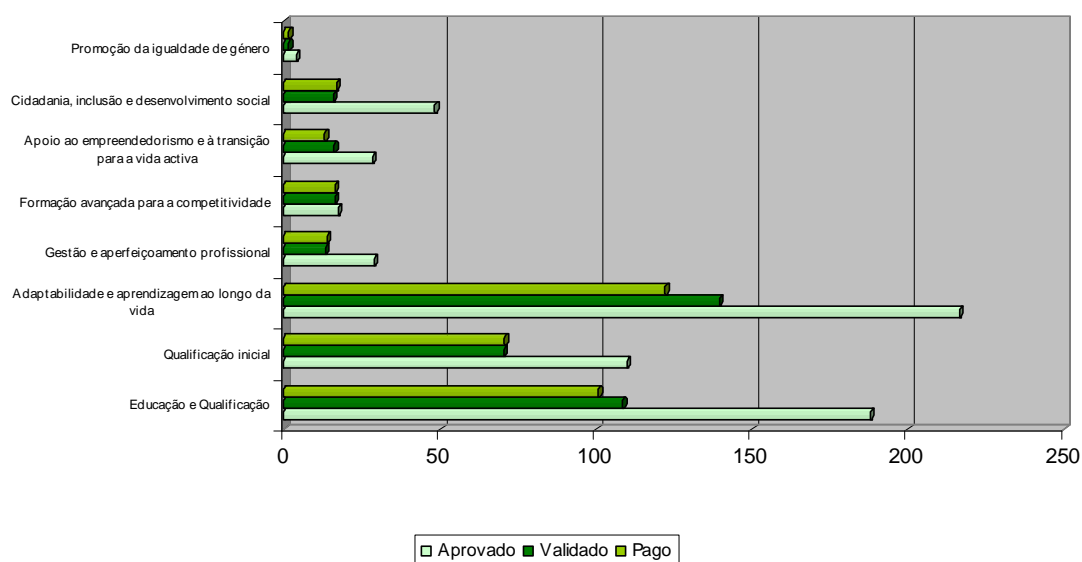
Sendo esta uma agenda fundamentalmente apoiada pelo fundo social europeu, importa destacar o contributo do FEDER, mais especificamente no quadro do apoio à modernização/requalificação das infra-estruturas da rede escolar, o que representa no final de Junho de 2011, cerca de 29% dos apoios aprovados.

Tendo como objectivo realçar a intensidade de aplicação dos investimentos, vai proceder-se, de seguida, a uma análise comparativa entre vertentes de intervenção. Para essa análise, vão-se utilizar os seguintes indicadores: o investimento elegível por habitante e o fundo comunitário aprovado por habitante.

Em ambos os casos constata-se que os maiores valores de *investimento elegível por habitante* e de *fundo comunitário aprovado por habitante* se situam ao nível da vertente de intervenção “*Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida*”, com valores próximos de 400 € /hab. e 280€/hab., respectivamente. Em contrapartida, a vertente de intervenção “*Promoção da Igualdade de Género*” é a

que apresenta menores valores nestes indicadores, valores esses, que não chegam aos 10€/hab.

Gráfico 6.3 – Execução do Fundo Comunitário na Agenda do Potencial Humano



Por domínio de intervenção, o maior volume de fundo comunitário aprovado, validado e pago está na “*Adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida*” mas já não que respeita às taxas de realização e de pagamento os valores mais significativos são encontrados no âmbito da “*Formação avançada para a competitividade*”, com valores que se situam acima dos 94%.

Na Agenda Factores de Competitividade, a maioria das operações e fundo aprovados referem-se a “*incentivos à inovação e renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização*”, que concentra cerca de 84% do fundo comunitário e que consiste maioritariamente em auxílios do estado às empresas, com vista à melhoria da sua competitividade nacional e internacional, induzindo-se também por esta via uma alavancagem no investimento privado.

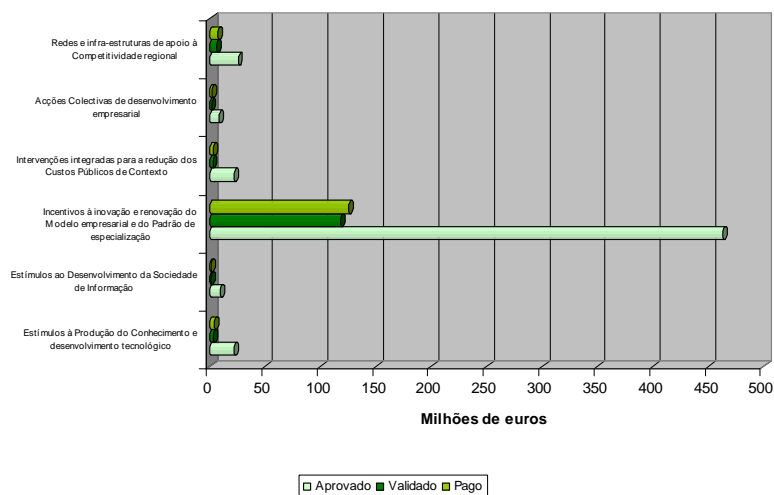
Quadro 6.3 - Candidaturas Aprovadas no âmbito da Agenda Temática dos Factores de Competitividade, no Alentejo

	Número	Investimento Elegível M euros	Fundo Comunitário M euros	Pagamentos (Fundo Comunitário) M euros	% Fundo Comunitário
Total Agenda Temática Factores de Competitividade	1.009	1.419.093	552.111	144.713	100,0
Estímulos à Produção do Conhecimento e desenvolvimento tecnológico	200	35.195	22.327	4.746	4,0%
Estímulos ao Desenvolvimento da Sociedade de Informação	40	13.412	9.735	1.256	1,8%
Incentivos à inovação e renovação do Modelo empresarial e do Padrão de especialização	514	1.291.803	463.296	125.634	83,9%
Intervenções integradas para a redução dos Custos Públicos de Contexto	64	31.512	22.018	3.366	4,0%
Acções Colectivas de desenvolvimento empresarial	118	13.076	8.852	2.534	1,6%
Redes e infra-estruturas de apoio à Competitividade regional	73	34.095	25.883	7.177	4,7%

Fonte: Observatório QREN - Informação por Regiões

Na execução do fundo comunitário por domínio de intervenção, as operações no âmbito dos *“Incentivos à inovação e renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização”* captam o maior volume de fundo comunitário aprovado, validado e pago. Já no que respeita às taxas de realização e de pagamento os valores mais significativos encontram-se nas *“Redes e infra-estruturas de apoio à competitividade regional”* e *“Acções Colectivas de desenvolvimento empresarial”*, com taxas de 26% e de 28%, respectivamente.

Gráfico 6.4 - Execução do Fundo Comunitário na Agenda Temática da Competitividade



Na Agenda Temática para a Valorização do Território, a conectividade internacional, acessibilidades e mobilidade representa, no Alentejo, 53% dos fundos comunitários aprovados

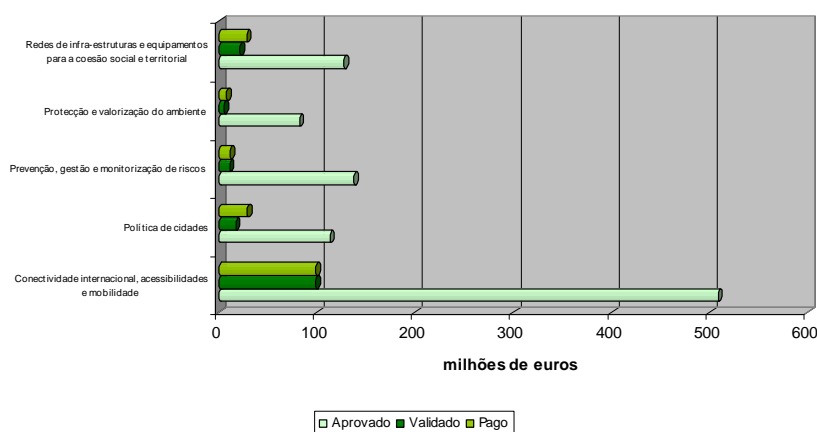
Quadro 6.4 - Candidaturas Aprovadas no âmbito da Agenda Temática Valorização do Território, no Alentejo

	Número	Investimento Elegível M euros	Fundo Comunitário M euros	Pagamentos (Fundo Comunitário) M euros	% Fundo Comunitário
Total Agenda Temática Valorização do Território	885	1.362.364	969.775	177.880	100,0
Conectividade internacional, acessibilidades e mobilidade	118	719.571	508.880	99.108	52,5%
Política de cidades	241	158.793	113.318	29.481	11,7%
Prevenção, gestão e monitorização de riscos	82	185.514	137.775	12.197	14,2%
Protecção e valorização do ambiente	215	118.986	82.265	8.447	8,5%
Redes de infra-estruturas e eq. p/ a coesão social e territorial	229	179.500	127.537	28.647	13,2%

Fonte: Observatório QREN - Informação por Regiões

Na Agenda Valorização do Território, e não obstante o maior número de operações se registar na área da “Política de Cidades”, o maior volume de fundos comunitários (53%) encontra-se comprometido no domínio “Conectividade internacional, acessibilidade e Mobilidade”, fruto da aprovação de grandes investimentos nesta área, designadamente a ligação ferroviária Sines/Elvas.

Gráfico 6.5 - Execução do Fundo Comunitário na Agenda Temática de Valorização do Território



Numa análise da execução, importa assinalar as baixas taxas de realização e de pagamento nas diferentes vertentes de intervenção, correspondendo o maior volume de fundo comunitário aprovado, validado e pago à “*Conectividade internacional, acessibilidades e mobilidade*”, sendo igualmente este domínio que apresenta a maior taxa de realização (19,5%) no seio desta agenda temática. No que respeita à taxa de pagamento, verifica-se que os valores mais significativos são encontrados na vertente “*Política de Cidades*” com valores de 26%.

De referir que em termos de intensidade de investimento utilizando como indicadores o *investimento elegível por km²* e o *fundo comunitário aprovado por Km²*, constata-se que nesta região esta agenda temática apresenta valores de mais de 43 mil euros por Km² e de mais de 30 mil euros por Km², respectivamente. Dentro das vertentes de intervenção destaca-se particularmente a “*Conectividade internacional, acessibilidades e mobilidade*”, e o fundo comunitário por Km², verifica-se que a Região Alentejo é a que apresenta maiores valores (16000 euros/Km²). Este supera largamente o valor médio encontrado para o conjunto das Regiões Convergência do Continente que ascende a pouco mais de 10 mil euros/Km². Esta situação está relacionada com os grandes projectos que se encontram em desenvolvimento na Região do Alentejo nesta vertente.

7. EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES DE CONTEXTO

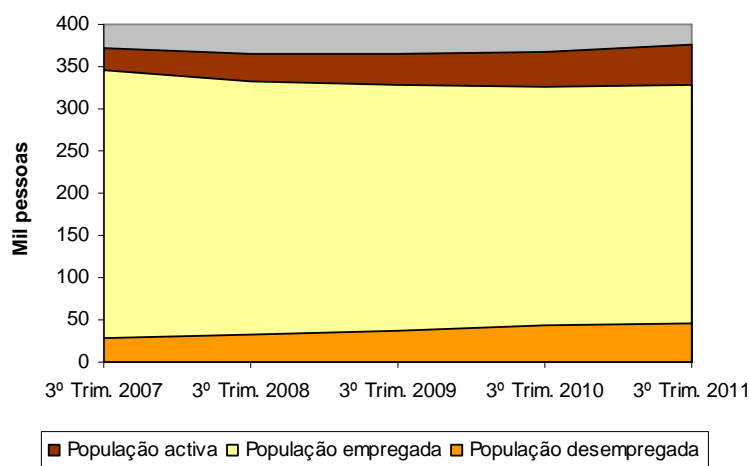
Quando há aplicação de fundos comunitários e outros numa determinada região, existe também a necessidade de verificar os seus efeitos. Em termos concretos, estes efeitos são difíceis de medir nos timings adequados, pois quando está a decorrer o investimento está a ser recolhida a informação que irá ser tratada para ser disponibilizada cerca de 2 anos após a realização do investimento. Para tentar obviar a este diferencial de tempo, neste documento optou-se por recorrer a informação de carácter oficial que é produzida dentro de um limite de tempo razoável para poder ser contrastada com a realização do investimento. No caso concreto, recorreu-se ao *Inquérito ao Emprego do INE* que produz informação trimestral, a qual se pode fazer coincidir com os dados relativos à execução do QREN. Para efeitos de realização das análises

pretendidas, utilizaram-se de forma comparativa, os dados do 3º trimestre de 2007 (trimestre imediatamente anterior ao início do QREN) e os dados do 3º trimestre de 2011 (trimestre que apesar de não ser coincidente com a última informação de execução do QREN disponibilizada, permite uma análise coerente e objectiva, pois os efeitos dos investimentos só se farão sentir posteriormente à realização do mesmo).

Nos parágrafos seguintes vão ser apresentadas algumas das variações verificadas em termos de mercado de trabalho na Região do Alentejo.

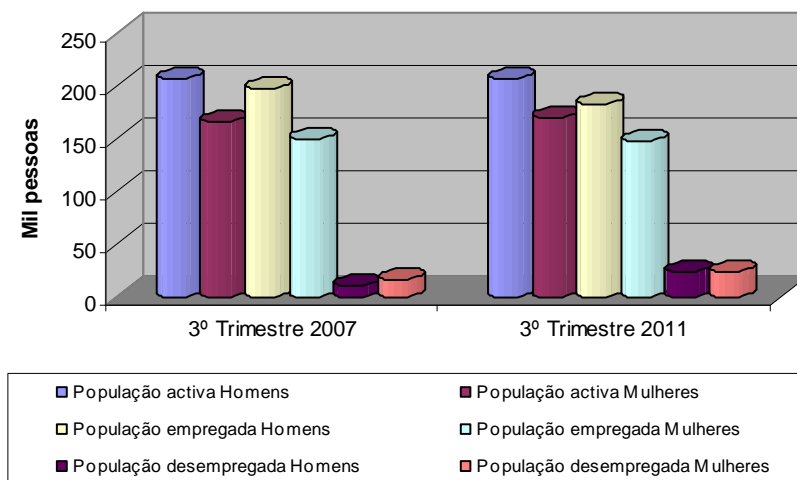
Assim, em termos de evolução do mercado de trabalho na região do Alentejo constata-se que a população activa, entre 2007 e 2011, aumentou cerca de 0,6%,. Da mesma forma, a população desempregada também registou um significativo acréscimo, que se cifra em 69%. Como resultado desta situação, uma vez que o acréscimo de desempregados é superior ao aumento da população activa, a população empregada sofreu um decréscimo de cerca de 5%.

Gráfico 7.1 - Evolução do Mercado de Emprego



No que respeita à evolução do mercado de trabalho por sexos, verifica-se que ao nível da população activa e da população empregada, os homens continuam a representar cerca de 55%.

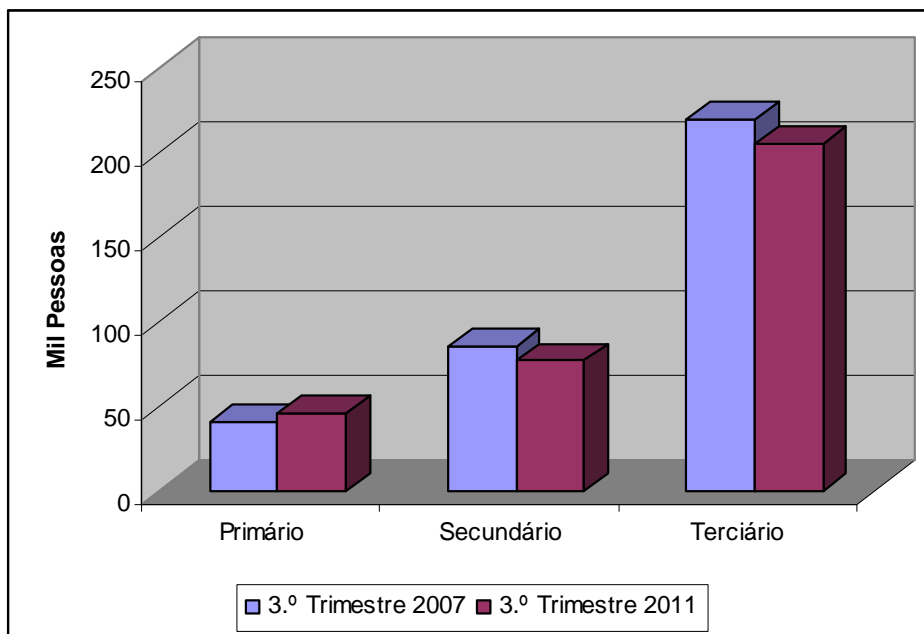
Gráfico 7.2 – Mercado de Emprego por Sexos



Numa análise mais pormenorizada, no período em análise, registou-se um aumento do número de mulheres na população activa. Verificou-se ainda uma inversão no sexo dos desempregados que passou a ser maioritariamente constituído por homens, com valores que ascendem a 51% do total de desempregados, isto apesar de também se ter registado um aumento significativo no número de desempregados do sexo feminino.

Ao nível da população empregada, não se registaram grandes alterações neste período. No entanto, houve um aumento de 2 pontos percentuais na população empregada no sector primário, traduzido por um aumento de mais de 5 mil empregados neste sector, que resultaram de decréscimos correspondentes no sector secundário (2%), que em termos absolutos regista uma quebra de mais de 8 mil empregos, mantendo-se inalterável a proporção de população empregada no sector terciário, apesar de em valor absoluto registar uma quebra superior a 14 mil empregados.

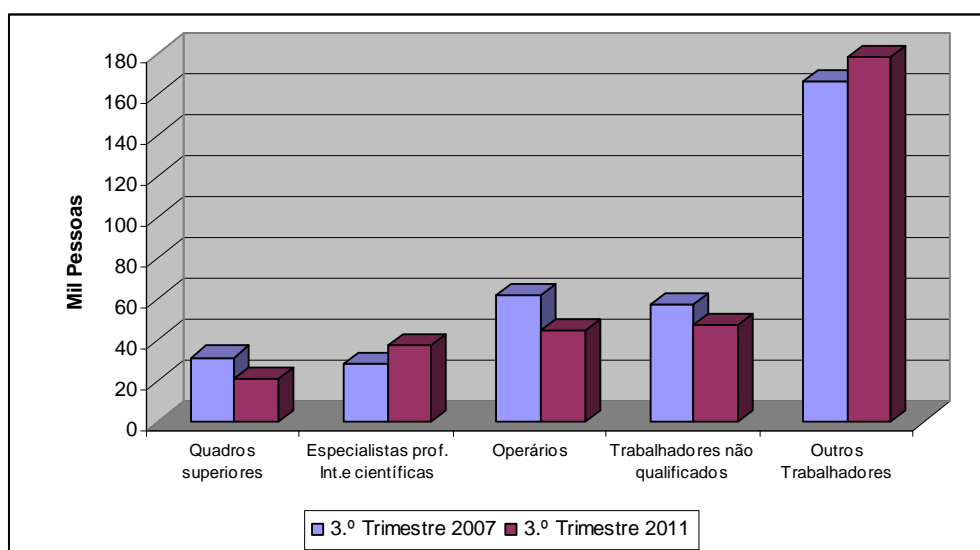
Gráfico 7.3 - População Empregada por Sectores de Actividade



Estes valores sugerem que se registou um decréscimo no quantitativo de empregados no sector terciário que acompanhou os valores médios de perda de emprego que ocorreram durante este período. Por sua vez, o sector primário regista um aumento no emprego.

Já no que respeita à população empregada por profissões, assiste-se a uma redução do número e da percentagem de operários (cerca de 17 mil empregados) e também do número de trabalhadores não qualificados, com valores absolutos que se aproximam dos 10 mil empregos. Estes valores, estão de acordo com as políticas de competitividade introduzidas neste Quadro Comunitário havendo ainda um aumento percentual de pessoas a desempenhar profissões intelectuais e científicas, apesar do número de empregados ter diminuído cerca de mil unidades.

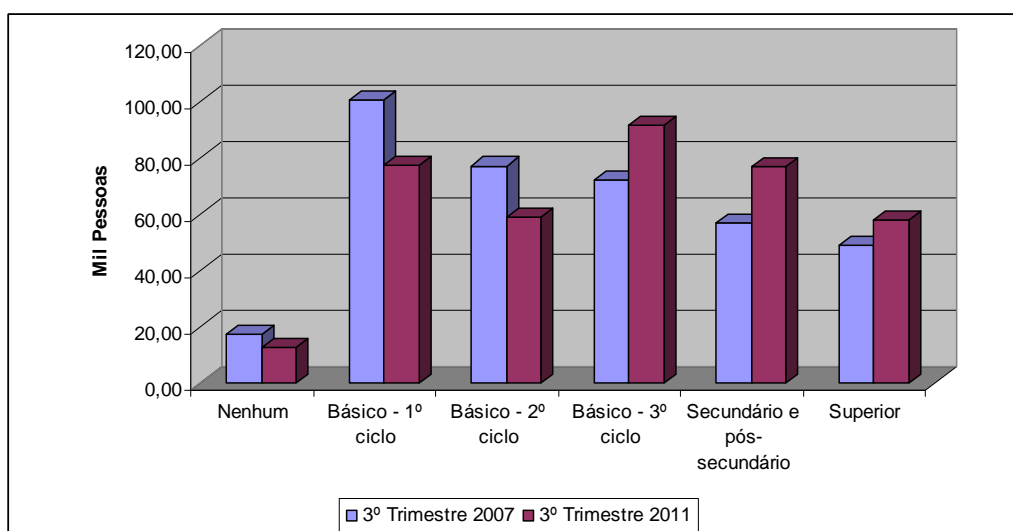
Gráfico 7.4 - População Empregada por Profissões



No que respeita ao nível de escolaridade da população activa, durante o período em análise registam-se algumas diferenças consideráveis:

- A população activa com um nível de escolaridade inferior à escolaridade obrigatória passou de 53% para 40%, que representa uma redução de cerca de 50 mil pessoas.
- A população activa com um nível de escolaridade superior à escolaridade obrigatória passou de 28% para 36%, que corresponde a um valor absoluto próximo dos 10 mil activos.

Gráfico 7.5 - Nível de Escolaridade da População Activa



Estes desempenhos estão em boa parte ligados à aplicação de fundos comunitários, designadamente aos provenientes do FSE, que têm conduzido as diversas acções de formação que promovem a progressão escolar (310 EFA's, 113 RVCC e 413 Formações Modulares Certificadas no Alentejo), facilitando desta forma o acesso ao ensino a um maior número de activos que por esta via têm melhorado as suas competências.

Para além dos dados constantes no *Inquérito ao Emprego* (INE, 2011), também se recorreu a outras fontes estatísticas para calcular um conjunto de indicadores de contexto que se apresentam em seguida.

Quadro 7.1 – Indicadores de Contexto na Região Alentejo

INDICADORES	Unidade	2007	Último ano	Valor	Varição
Indicadores Demográficos					
Taxa de Crescimento efectivo	%	-0,44	2010	-0,58	32,0%
Densidade Populacional	Hab./Km ²	24,12	2010	23,70	-1,7%
Esperança de Vida à Nascimento	Anos	77,92	2008-2010	78,35	0,6%
Indicadores de Económicos					
PIB per capita	1.000 €	14,70	2008	14,85	1,0%
Produtividade do Trabalho	1.000 €	30,00	2008	31,36	4,5%
Índice de Preços	%	2,80	2010	1,90	-32,1%
Indicadores de Emprego					
Taxa de Actividade	%	49,10	2010	49,20	0,2%
Taxa de Desemprego	%	8,37	2010	11,42	36,4%
População Empregada Ensino Secundário ou Superior	%	27,45	2010	32,55	18,6%
Indicadores de Educação					
Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Básico	%	11,12	2010	8,50	-23,6%
Taxa de Escolarização no Ensino Superior	%	18,32	2010	21,30	16,3%
Alunos Adultos em Modalidades de Educação/Formação	N.º		2010	21.511	#DIV/0!
Indicadores de Empresas					
Taxa de cobertura das importações pelas exportações	%	108,99	2010	108,00	-0,9%
Média de Pessoal ao Serviço	N.º	2,48	2010	2,50	0,7%
Taxa de Natalidade de Empresas	%	14,08	2010	14,95	6,2%
Indicadores de Turismo					
Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	Camas/1000 hab.	13,09	2010	15,90	21,5%
Taxa de ocupação-cama (líquida)	%	30,30	2010	28,30	-6,6%
Proporção de hóspedes estrangeiros	%	25,04	2010	23,60	-5,8%
Indicadores de I&D					
Pessoal em I&D na população activa	%	0,32	2009	0,60	87,5%
Despesa em I&D no PIB	%	0,14	2008	0,91	543,3%
Proporção de Pessoal em I&D no Ensino Superior	%	0,46	2009	0,87	86,4%
Indicadores de Qualidade de Vida					
Poder de compra per capita	%	87,33	2009	88,39	1,2%
Proporção de agregados domésticos com ligação à internet	%	37,10	2010	43,70	1,2%

Este conjunto de indicadores encontra-se compartimentado pelas áreas que podem ser mais influenciadas pela execução do actual QREN. De referir no entanto que a maior parte dos valores se encontrarem desfasados no tempo, uma vez que alguns são relativos ao ano de 2010 e outros apenas ao ano de 2008. Este facto deixa a leitura dos dados claramente afectada, uma vez que não retrata com fidelidade a realidade actual. De qualquer das formas, os dados podem ser olhados como caracterizadores da tendência registada até ao ano a que dizem respeito.

Desta forma, a nível de população a tendência que se registava era para que a mesma diminuísse e para que fosse aumentando a *esperança média de vida à nascença*.

No que respeita aos dados económicos, na altura que retratam, apresentam-se positivos e indicativos das linhas orientadoras que norteiam o actual QREN, com aumento da produtividade e redução do crescimento dos preços dos bens e serviços. O mesmo se passa ao nível das empresas, onde as exportações continuam a superar as importações. Regista-se ainda um aumento, se bem que muito ligeiro, do número médio de empregados por empresa e da taxa de natalidade de empresas.

Já relativamente aos dados do emprego, estes têm duas leituras: uma positiva que tem a ver com o aumento do nível de instrução da população activa e outra negativa que tem a ver com aumento significativo da taxa de desemprego.

Nesta análise, optou-se por individualizar o sector do turismo, dada a relevância que este assume no âmbito das candidaturas aos Sistemas de Incentivos. Os resultados obtidos vêm confirmar que o investimento que se tem registado neste sector conduziu ao aumento considerável do alojamento, ainda que este tenha sido mais rápido que o aumento da procura.

Os indicadores de *educação, I&D e Qualidade de vida* registam todos evoluções positivas. Estes resultados podem ser, em parte, associadas à implementação das medidas e acções que emergem do actual QREN, conjugadas à implementação das políticas públicas de educação. Desta forma, regista-se uma

substancial redução do número de retenções e de abandonos ao nível do ensino básico, um aumento da taxa de escolarização no ensino superior, bem como das verbas aplicada em I&D, e da proporção de activos que exercem a sua actividade a este nível.

Verificou também um aumento da média do poder de compra regional e um aumento significativo do acesso das famílias à Internet.

Deve notar-se que todos os resultados apresentados podem num futuro próximo vir a ser influenciados pelo mau desempenho económico da economia global, mas também, que estes poderiam ser bem piores se não houvesse estas aplicações de fundos comunitários na região.

8. CONCLUSÕES

Este ponto surge como uma síntese das conclusões que foram sendo apresentadas ao longo do documento, mas pela sua natureza será mais abrangente e mais generalista na apresentação das mesmas. Assim para o período em análise, que vai desde 2007 até 30 de Junho de 2011, ou para o caso dos Sistemas de Incentivos 30 de Setembro de 2011, é possível tecer algumas considerações.

A utilização de fundos comunitários na Região do Alentejo representa 15% do total de fundos utilizados no Continente português, sendo o POVT o programa que mais volume de investimento elegível tem aprovado para esta região, com valores que ascendem a 31% do total.

A nível de indicadores financeiros de execução constata-se que, em regra, a região Alentejo apresenta valores mais baixos que a média de Portugal, sendo o POH o programa que apresenta maiores taxas de realização e pagamento. Constitui excepção àquelas tendências, a taxa de reembolso, a qual é superior ao que se verifica em Portugal, ultrapassando os 130% no caso do INALENTEJO.

O POPH nesta região destina cerca de 30% dos seus montantes para apoiar Cursos de Formação e Educação de Adultos. Por sua vez o COMPETE tem 85% dos montantes aprovados nas tipologias relacionadas com a Inovação. Em contrapartida o POVT tem mais de 50% dos montantes aprovados na tipologia Redes e Equipamento de Transportes. Já o Programa Operacional Regional apresenta mais de 20% dos seus montantes comprometidos com a Inovação.

Ao nível dos montantes aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos tendo em atenção os sectores de actividade abrangidos, verifica-se a predominância dos sectores da indústria e do turismo que detêm, respectivamente 64% e 24% do montante total de apoio concedido às empresas.

No que respeita à distribuição territorial dos vários Fundos Comunitários, observa-se, que a NUTS III Alentejo Central é a mais representativa com cerca

de 1/3 do investimento elegível aprovado. Em contrapartida, o Baixo Alentejo detém o maior volume de Fundo Comunitário pago, com valores que ascendem a mais de 30% do total de Fundo Comunitário pago nesta região. Em termos de intensidade de investimento o Alentejo Litoral apresenta mais de 7,5 mil euros por habitante de investimento elegível aprovado. Enquanto isso, no que respeita a Fundo Comunitário aprovado o Alentejo Central apresenta valores superiores a 4 mil euros por habitante. Já quando a análise é feita por km², verifica-se que o Alentejo Central apresenta os maiores valores de investimento elegível e de Fundo Comunitário aprovados por Km², ascendendo a mais de 143 mil e 95 mil euros, respectivamente.

Relativamente às tipologias de investimento predominantes por NUTS III observa-se que no Alto Alentejo predominam os Incentivos à Inovação (19 % do Fundo Comunitário aprovado), no Alentejo Central destacam-se as Redes e Equipamentos de Transportes (52% do Fundo Comunitário aprovado), o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva assume particular relevância no Baixo Alentejo com 37% do Fundo Comunitário aprovada para aquela NUTS III, os Incentivos à Inovação e as Redes e Equipamentos de Transportes assumem a primazia no Alentejo Litoral e por fim na Lezíria do Tejo os maiores volumes de Fundo Comunitário aprovado aparecem associados à tipologia Incentivos à Inovação.

Em relação à distribuição territorial do investimento apoiado ao abrigo dos Sistemas de Incentivos verifica-se que:

- No Alto Alentejo predominam os Incentivos à Inovação com 91 % do investimento elegível, as não PME detêm 37% do investimento elegível e o sector da indústria representa 57% desse mesmo investimento.
- No Alentejo Central predominam os Incentivos à Inovação com 90 % do investimento elegível, as não PME detêm 58% do investimento elegível e o sector da indústria representa 60% desse mesmo investimento.

- No Baixo Alentejo predominam os Incentivos à Inovação com 97 % do investimento elegível, as não PME detêm 90% do investimento elegível e o sector da indústria representa 84% desse mesmo investimento.

- No Alentejo Litoral predominam os Incentivos à Inovação com 95 % do investimento elegível, as Microempresas detêm 73% do investimento elegível e o sector da indústria representa 46% desse mesmo investimento.

- Na Lezíria do Tejo predominam os Incentivos à Inovação com 86 % do investimento elegível, as não PME detêm 52% do investimento elegível e o sector da indústria representa 69% desse mesmo investimento.

Quando se analisa a distribuição concelhia dos apoios aprovados ao abrigo dos sistemas de Incentivos constata-se que a maior parte dos concelhos (32) apresentam valores de Fundo Comunitário aprovado inferiores a 5 milhões de euros, havendo mesmo 5 que não têm qualquer projecto aprovado. Por sua vez os concelhos de Aljustrel, Évora, Reguengos de Monsaraz, Sines e Vendas Novas detêm 46% do total de Fundo Comunitário aprovado para todo o Alentejo.

No Alentejo o maior número de projectos aprovados está concentrado na Agenda Temática do Potencial Humano (58%). Por sua vez, o maior volume de investimento elegível aprovado, encontra-se na Agenda Temática dos Factores de Competitividade, que concentra mais de 39% do investimento elegível, enquanto que o maior volume de fundo comunitário aprovado se encontra na Agenda Temática para a Valorização do Território, que acolhe cerca de 45% do total aprovado no âmbito das Agendas Temáticas.

Na Agenda Potencial Humano destaca-se a qualificação dos portugueses, no âmbito da iniciativa novas oportunidades, o que se encontra traduzida na forte concentração dos recursos disponíveis no âmbito da qualificação inicial dos jovens e na qualificação dos adultos (51% dos valores aprovados), em acções de dupla certificação (escolar e profissional).

Na Agenda Factores de Competitividade, a maioria das operações e fundo aprovados referem-se a *“incentivos à inovação e renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização”*, que concentra cerca de 84% do fundo comunitário e que consiste maioritariamente em auxílios do estado às empresas, com vista à melhoria da sua competitividade nacional e internacional, induzindo-se também por esta via uma alavancagem no investimento privado.

Na Agenda Valorização do Território, e não obstante o maior número de operações se registar na área da *“Política de Cidades”*, o maior volume de fundos comunitários (53%) encontra-se comprometido no domínio *“Conectividade internacional, acessibilidade e Mobilidade”*, fruto da aprovação de grandes investimentos nesta área, designadamente a ligação ferroviária Sines/Elvas.

Em termos da evolução da economia regional analisaram-se alguns indicadores que apresentaram resultados que se descrevem ao longo dos próximos parágrafos e dos quais uma boa parte poderá estar relacionada com a utilização de Fundos Comunitários nesta região.

Já relativamente aos dados do emprego, estes têm duas leituras: uma positiva que tem a ver com o aumento do nível de instrução da população activa e outra negativa que tem a ver com aumento significativo da taxa de desemprego.

Nesta análise, optou-se por individualizar o sector do turismo, dada a relevância que este assume no âmbito das candidaturas aos Sistemas de Incentivos. Os resultados obtidos vêm confirmar que o investimento que se tem registado neste sector conduziu ao aumento do alojamento, que por sua vez, conduziu também a um aumento do número de hóspedes, se bem que numa primeira fase, ainda inferior ao aumento da capacidade de alojamento.

Os indicadores de *educação, I&D e Qualidade de vida* registam todas evoluções positivas. Estes resultados podem ser, em parte, associadas à implementação das medidas e acções que emergem do actual QREN, conjugadas à implementação das políticas públicas de educação. Desta forma, regista-se uma substancial redução do número de retenções e de abandonos ao nível do ensino básico, um aumento da taxa de escolarização no ensino superior, bem como das

verbas aplicada em I&D, e da proporção de activos que exercem a sua actividade a este nível.

Verificou também um aumento da média do poder de compra regional e um aumento significativo do acesso das famílias à Internet.

Deve notar-se que todos os resultados apresentados podem num futuro próximo vir a ser influenciados pelo mau desempenho económico da economia global, mas também, que estes poderiam ser bem piores se não houvesse estas aplicações de fundos comunitários na região.

9. CONCEITOS E SIGLAS

Candidatura - Pedido formal de apoio financeiro público (nacional e/ou comunitário) apresentado pelo beneficiário à autoridade de gestão de um programa operacional, com vista a garantir a realização de projectos elegíveis financiados no âmbito do PO. A candidatura formaliza-se através do preenchimento de um formulário tipo - no qual é, nomeadamente, descrita a operação a financiar, os seus objectivos, a sua sustentabilidade, o calendário de execução e a programação financeira - e demais documentação exigida para a sua instrução.

Candidatura apresentada - candidatura submetida a um concurso ou período de candidatura (fechado ou em contínuo/aberto). Nos casos de concursos ou períodos de candidatura fechados apenas se consideram as candidaturas submetidas dentro dos prazos estabelecidos nos respectivos avisos.

Candidatura admitida - candidatura apresentada que cumpre os requisitos de admissibilidade aplicáveis e que, portanto, é aceite pela autoridade de gestão para integrar o processo de selecção.

Candidatura aprovada - Candidatura seleccionada e com decisão de aprovação e conseqüente co-financiamento^{1 2 3}. O volume de candidaturas aprovadas é líquido de desistências, rescisões/revogações.

Candidatura contratada - Candidatura aprovada que foi objecto de celebração de um contrato de financiamento com o beneficiário ou de assinatura por parte deste de termo de aceitação. O volume de candidaturas contratadas é líquido rescisões/revogações.

Despesa pública - Qualquer participação pública para o financiamento de operações proveniente do Orçamento do Estado, de autoridades regionais e locais, das Comunidades Europeias no âmbito dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão e qualquer despesa equiparável. É considerada despesa equiparável qualquer participação para o financiamento de operações proveniente do orçamento de organismos de direito público ou de associações de uma ou mais autoridades locais ou regionais ou de organismos públicos.

Despesa validada - Montante de despesa verificada pela autoridade de gestão de um programa operacional, assegurando-se da sua conformidade com as condições de aprovação da candidatura (elegibilidade estrita), da sua veracidade, regularidade e legalidade (verificação formal) e das condições de elegibilidade aplicáveis (elegibilidade normativa).

Fundos estruturais - Instrumentos financeiros da política regional da União Europeia que têm por objectivo reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões e das ilhas menos favorecidas, incluindo as zonas rurais, com vista a reforçar a sua coesão económica, social e territorial. No período de programação 2007-2013 existem dois fundos estruturais: o FEDER e o FSE.

Fundos Comunitários - Parcela do custo elegível financiado pelos fundos estruturais e pelo fundo de coesão.

Investimento Total ou Custo total - Total da despesa elegível acrescido da despesa não elegível que seja indispensável à prossecução dos objectivos da operação.

Investimento elegível ou Custo total elegível - Total da despesa pública elegível e da despesa que, embora elegível, não foi objecto de comparticipação financeira. A despesa elegível não comparticipada é, à semelhança da despesa não elegível, suportada integralmente pelo beneficiário.

Pagamentos aos beneficiários - transferências directas para os beneficiários⁹ a título de reembolso ou de adiantamentos. O volume de pagamentos é líquido de recuperações.

Taxa de admissibilidade das candidaturas - candidaturas admitidas / candidaturas apresentadas com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de admissibilidade do investimento ou custo total - valor do investimento ou custo total das candidaturas admitidas / valor do investimento ou custo total das candidaturas apresentadas com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de aprovação - Indicador de gestão que traduz a relação entre projectos aprovados e projectos apresentados (candidaturas). Em geral, calcula-se relacionando o número de projectos (número de aprovados sobre número de candidaturas), mas nalguns casos é útil utilizar as variáveis investimento total ou investimento público previsto (investimento associado aos projectos aprovados sobre investimento associado às candidaturas). Este indicador também é utilizado para traduzir a relação entre fundos aprovados.

Taxa de aprovação bruta das candidaturas - candidaturas aprovadas / candidaturas apresentadas com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de aprovação bruta do investimento ou custo total - valor do investimento ou custo total das candidaturas aprovadas / total de investimento ou custo total das candidaturas apresentadas com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de aprovação líquida das candidaturas - candidaturas aprovadas / candidaturas admitidas com análise de mérito concluída.

Taxa de aprovação líquida do investimento ou custo total - valor do investimento ou custo total das candidaturas aprovadas / total de investimento ou custo total das candidaturas admitidas com análise de mérito concluída.

Taxa de compromisso - valor aprovado do fundo comunitário/valor do fundo comunitário programado.

Taxa de contratação das candidaturas - candidaturas contratadas / candidaturas aprovadas. Esta taxa reflecte, em número de candidaturas, o desfasamento temporal entre o momento da aprovação e o momento da contratação.

Taxa de contratação dos fundos comunitários - valor dos fundos comunitários das candidaturas contratadas / valor dos fundos comunitários das candidaturas aprovadas. Esta taxa reflecte, em valor de fundo comunitário, o desfasamento temporal entre o momento da aprovação e o momento da contratação.

Taxa de execução - valor da despesa validada do fundo comunitário /valor do fundo comunitário programado.

Taxa de pagamento - valor do fundo comunitário pago aos beneficiários /valor contratado do fundo comunitário.

SIGLAS

FEDER: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FSE: Fundo Social Europeu

I&D: Investigação e Desenvolvimento

NUTS: Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos

PO: Programa Operacional

PO FC: Programa Operacional Factores de Competitividade

PO PH: Programa Operacional Potencial Humano

PO VT: Programa Operacional Valorização do Território

QREN: Quadro de Referência Estratégico Nacional

POR: Programa Operacional Regional